

Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo  
Escola Pós-Graduada de Ciências Sociais  
Pós-Graduação Lato Sensu em Gestão e Políticas Públicas

Gleidy Braga Ribeiro

**JOVENS MULHERES E POLÍTICAS PÚBLICAS:**  
Participação Política e incidência na agenda

São Paulo  
2014

Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo  
Escola Pós-Graduada de Ciências Sociais  
Pós-Graduação Lato Sensu em Gestão e Políticas Públicas

GLEIDY BRAGA RIBEIRO

**JOVENS MULHERES E POLÍTICAS PÚBLICAS:**  
Participação Política e incidência na agenda

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Comissão Avaliadora, como exigência parcial para obtenção do certificado de conclusão do curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Gestão e Políticas Públicas, pela Escola Pós-Graduada de Ciências Sociais, da Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo.

Orientador: Claudio Lammardo Neto

São Paulo  
2014

**Folha de aprovação**

GLEIDY BRAGA RIBEIRO

**JOVENS MULHERES E POLÍTICAS PÚBLICAS:  
Participação Política e incidência na agenda**

Conceito:

Banca Examinadora:

Professor (a)  
Assinatura:

---

Professor (a)  
Assinatura:

---

Professor (a)  
Assinatura:

---

**Data da aprovação:**

## **Resumo**

Este trabalho busca evidenciar a inclusão das jovens mulheres nas políticas públicas sob o comando da Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres (SPM), que tem status de ministério, e da Secretaria Nacional de Juventude (SNJ), órgão vinculado à Secretaria Geral da Presidência. Nosso foco não está, necessariamente, nos resultados destas políticas, mas nos princípios norteadores da ação governamental, para análise do problema e formação da agenda. Utilizaremos, como método, a revisão bibliográfica sobre o tema e a pesquisa documental, tendo como foco aqueles produzidos pela SPM e a SNJ, Organismos Internacionais, bem como pelos Conselhos Nacionais: da Juventude e dos Direitos da Mulher.

## SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO .....	6
2. QUESTÕES CONCEITUAIS SOBRE POLÍTICA PÚBLICA.....	7
1 2.1 CICLOS DAS POLÍTICAS PÚBLICAS: IDENTIFICAÇÃO DO PROBLEMA E FORMAÇÃO DA AGENDA .....	7
2.2 JOVENS MULHERES E GESTÃO DE PROBLEMA MULTIDIMENSIONAL .....	9
3. CONTEXTUALIZAÇÃO DO TEMA JUVENTUDE E POLÍTICAS PÚBLICAS.....	11
4. OS PRINCIPAIS MARCOS DAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA AS MULHERES E DE JUVENTUDE .....	13
5. BREVE DIAGNÓSTICO: QUEM SÃO AS JOVENS MULHERES BRASILEIRAS?.....	16
6. POLÍTICAS PÚBLICAS E A INCORPORAÇÃO DAS QUESTÕES DE GÊNERO E GERAÇÃO .....	20
7. ATOR POLITICO JOVEM, MULHER E FEMINISTA.....	25
8. JOVENS MULHERES, PARTICIPAÇÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS .....	30
9.    ESTRATÉGIA DE MUNICIPALIZAÇÃO DA GESTÃO PARTICIPATIVA NA FORMAÇÃO DAS POLÍTICAS PARA A JUVENTUDE E MULHERES. ....	39
10. CONCLUSÃO .....	41
11. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	42

# 1. INTRODUÇÃO

Este trabalho busca evidenciar a inclusão das jovens mulheres nas políticas públicas sob o comando da Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres (SPM), que tem status de ministério, e da Secretaria Nacional de Juventude (SNJ), órgão vinculado à Secretaria Geral da Presidência. Nosso foco não está, necessariamente, nos resultados destas políticas, mas nos princípios norteadores da ação governamental, para análise do problema e formação da agenda. Utilizaremos, como método, a revisão bibliográfica sobre o tema e a pesquisa documental, tendo como foco aqueles produzidos pela SPM e a SNJ, Organismos Internacionais, bem como pelos Conselhos Nacionais: da Juventude e dos Direitos da Mulher.

Nossa pesquisa parte do pressuposto de que há em curso, no governo federal, um método participativo de gestão, que tem como base o diálogo com diferentes atores da sociedade, entre os quais se encontram as juventudes. No caso das jovens mulheres, a nossa pesquisa indica que a interlocução com o governo federal, nos espaços de participação, foi fundamental para dar visibilidade ao problema da inclusão das jovens na formação da agenda, ainda em curso.

Este estudo constitui-se em um desafio metodológico, tendo em vista que a análise é realizada por alguém que até pouco tempo atrás esteve diretamente envolvida no processo, ora como jovem militante do movimento de mulheres, ora como jovem gestora. Um outro agravante, apontado por outras pesquisadoras, é a escassez de produção científica sobre a juventude, numa perspectiva de gênero. Isto acontece,

porque gênero e juventude são saberes distintos que comumente não são trabalhados em conjunto. Embora, o interesse sobre a temática das mulheres jovens tenha aumentado em ambos os campos, ainda prevalece um quadro geral de desarticulação teórica, escassez de bibliografia e produção científica muito incipiente” (SILVA, 2009, p.48).

No entanto, ciente das limitações, vamos buscar aproximar juventude e gênero e vice-versa para não incorrer no erro de “examinar esta fase da vida sem a perspectiva de gênero, o que implicaria, segundo Fontura e Pinheiro (2008) “numa análise parcial, uma vez que não leva em conta as diferenças existentes nas passagens consideradas marcantes para as jovens e os jovens.”

Pretende-se, ainda, com o trabalho, construir, a partir desta experiência, um conjunto de recomendações aos gestores públicos, principalmente no âmbito municipal, para que o modelo de construção destas políticas públicas possa se constituir em uma referência, uma vez que compreende as jovens não apenas como público beneficiário, mas como sujeitos de direitos, capazes de incidir na construção da própria agenda pública.

## **2. QUESTÕES CONCEITUAIS SOBRE POLÍTICA PÚBLICA**

### **2.1 CICLOS DAS POLÍTICAS PÚBLICAS: IDENTIFICAÇÃO DO PROBLEMA E FORMAÇÃO DA AGENDA**

Segundo Secchi (2010), qualquer definição de política pública é arbitrária, isto porque, na literatura especializada, não há um consenso quanto à definição do que seja uma política pública. Entretanto, o autor, com base nas várias versões já desenvolvidas, traz, de forma bem didática, setes fases principais, sequenciais, interdependentes e recorrentes no universo da pesquisa, que são úteis para visualização do ciclo de políticas públicas. São elas: Identificação do Problema, Formação da Agenda, Formulação de Alternativas, Tomada de Decisão, Implementação, Avaliação e Extinção.

Em que pese à importância de todas as fases acima citadas e a certeza de que elas são interdependentes, nosso trabalho está focado no método de construção das políticas públicas em duas fases: identificação do problema e estratégia para formação da agenda voltada para as jovens mulheres, com ênfase para o modelo de gestão cuja a participação é um princípio orientador da ação governamental. Entendemos que a participação social é fundamental em todo o ciclo das políticas públicas, mas, em especial, nestas duas fases, para a correta identificação do problema e da proposição da agenda.

Mas o que seriam, então, as fases de identificação do problema e a formação da agenda? Secchi esclarece que “um problema é a discrepância entre o *status quo* e uma situação ideal possível. Um problema público é a diferença entre o que é e aquilo que se gostaria que fosse a realidade.”

O autor afirma que quem mais se preocupa em apresentar problemas públicos para agenda pública são os partidos políticos, os agentes políticos e as organizações não governamentais. “Do ponto de vista racional, esses atores encaram o problema público como matéria-prima de trabalho” (SECCHI, 2010, p.35).

O autor afirma que essa interação acontece quando o ator político tem interesse na resolução de tal problema. Este poderá lutar para que tal problema entre na lista de prioridade de atuação. Essa lista de prioridades é conhecida como agenda que, em sua formação, apresenta um conjunto de problemas entendidos como relevantes. De acordo com Cobb e Elder (1983), existem dois tipos de agenda:

Agenda política: conjunto de problemas ou temas que a comunidade política percebe como merecedor de intervenção pública;  
Agenda formal: também conhecida como agenda institucional, é aquela que elenca os problemas ou temas que o poder público já decidiu enfrentar (Cobb e Elder 1983, apud SECCHI, 2010, p.36).

Secchi acrescenta uma terceira agenda, a “agenda da mídia, ou seja, a lista de problemas que recebe atenção especial dos diversos meios de comunicação” (SECCHI, 2010, p.36). Na visão do autor os meios de comunicação têm tanta força na formação da opinião pública, que não são raras as vezes que “a agenda da mídia condiciona as agendas políticas e institucionais”.

Nosso trabalho, tendo como referência o método de análise de Secchi, busca evidenciar o recente processo de interação entre as atrizes jovens mulheres feministas, SPM e SNJ que proporcionou o reconhecimento da condição da jovem mulher brasileira, exposto de forma clara nos principais instrumentos de gestão destas secretarias. Sei que não será possível demonstrar, neste trabalho, os conflitos e as divergências tão presentes entre os atores destes processos participativos, tendo em vista que, em boa parte, utilizaremos como fonte de pesquisa os documentos formais produzidos pelo SPM, SNJ, ONU mulheres etc. Entretanto, já se constitui em um passo fundamental, no processo de construção das políticas públicas, a produção de um consenso sobre a existência do sujeito de direito, jovens mulheres, e sua condição em face das múltiplas desigualdades de gênero e geracional enfrentadas por elas na sociedade.



## 2.2 JOVENS MULHERES E GESTÃO DE PROBLEMA MULTIDIMENSIONAL

A inclusão das jovens mulheres é, sem dúvida, um problema multidimensional, tendo em vista que elas enfrentam múltiplas desigualdades em face da sua condição de ser mulher e jovem. Com base nos estudos de Creenshaw, Reinach e Santos (2014), estes afirmam que problemas multidimensionais são aqueles que “acumulam mais de um eixo de “subordinação”, no contexto das desigualdades, devendo ser enfrentados com políticas “transversais, mas com um recorte ainda mais específico: o interseccional”.

Silva e Menezes (2013) busca explicar a interseccionalidade, lançando “um olhar ampliado para as diferenças entre mulheres e homens, mulheres-mulheres, homens-homens,”

Vale salientar que há um reconhecimento crescente de que todas as mulheres estão, de algum modo, sujeitas ao peso da discriminação de gênero, e fatores relacionados à suas identidades sociais, tais como classe, casta, raça, cor, etnia, religião, origem nacional e orientação sexual, são “diferenças que fazem diferença” na forma como vários grupos de mulheres vivenciam a discriminação (CRENSHAW, 2002, apud SILVA E MENEZES, 2013, p.36).

Reinach (2013), ao analisar a gestão transversal das políticas públicas no âmbito do governo federal da Secretaria de Políticas para as Mulheres, da Secretaria de Direitos Humanos e da Secretaria de Promoção da Igualdade Racial, identificou que essas secretarias lidam justamente com problemas multidimensionais, que o modelo tradicional de gestão é incapaz de solucionar. Nas palavras da autora, estas secretarias

vêm experimentando a implementação de uma forma de gestão que tem como intuito responder à multidimensionalidade dos problemas que devem enfrentar. A desigualdade de gênero, de raça e a garantia de direitos humanos são problemas complexos que não se encaixam na estrutura tradicional de gestão de políticas públicas baseada em órgãos setoriais (REINACH, 2013, P.23).

Estudos demonstram que este novo modelo de gestão de problemas multidimensionais requer capacidade de articulação entre os diferentes atores para enfrentá-los. Para Ortiz (2013, p.7), no caso da interseccionalidade é necessária uma “ampla sinergia entre as diferentes áreas setoriais” e que trabalham com “temas transversais”. De forma semelhante, na visão de Papa (2012, p.13), a transversalidade também depende “da sinergia entre um organismo governamental específico de políticas públicas para as mulheres e demais ministérios ou secretarias, além da articulação entre diferentes níveis da federação e com movimentos sociais e organizações da sociedade civil”

A SPM utiliza a estratégia de gestão transversal para enfrentar problemas desta natureza com objetivo de ampliar a perspectiva de gênero no conjunto das políticas públicas do governo federal. Isto porque,

permite abordar problemas multidimensionais e intersetoriais de forma combinada, dividir responsabilidades e superar a persistente “departamentalização” da política. Na medida em que considera todas as formas de desigualdade, combina ações para as mulheres e para igualdade de gênero e, dessa forma, permite o enfrentamento do problema por inteiro (PNPM, 2012,p.10).

Como exposto, o PNPM traz também o princípio da intersetorialidade como orientador da ação governamental. Segundo Reinach e Santos,

A “intersetorialidade”, quando discutida em diferentes textos, constantemente surge como a ideia de integração entre diferentes atores, porém, não há consenso e nem uma delimitação clara de quem são esses atores. O que é possível observar é que, em geral, a ideia de “intersetorialidade” é uma forma de caracterizar experiências que contem com o setor público, setor privado, terceiro setor e sociedade civil organizada (REINACH E SANTOS, 2014, p.6).

Para Ortiz (2013), a estratégia de gestão da Secretaria Nacional de Juventude, mesmo não sendo uma secretaria com status de Ministério, também se assemelha às Secretarias transversais da Presidência da República, “por ter, como uma de suas preocupações centrais, desafios de gestão correlatos, como garantir a articulação intersetorial e a transversalidade da pauta de juventude” (ORTIZ, 2013, p.7).

Podemos dizer, a partir das definições acima, que o problema da inclusão das jovens mulheres, por ser multidimensional, diz respeito ao conjunto do Estado (Legislativo, Executivo e Judiciário) e da Sociedade Civil. No âmbito do governo federal, objeto do nosso estudo, esta agenda está sob o comando da SNJ e da SPM, contudo deve envolver o conjunto de ministérios e da sociedade civil no enfrentamento do problema, que precisam trabalhar de forma sinérgica para melhor compreender a interseccionalidade existentes entre as múltiplas desigualdades enfrentadas pelas as jovens mulheres, tendo em vista que fatores de subordinação podem agravar esta condição. Por exemplo, a mulher jovem negra da região norte, vive realidade diferente da mulher jovem branca da mesma região ou de outra região qualquer.

Ademais, nas palavras de Brugué et al, (2011), esta interação entre diferentes atores assegura uma gestão inteligente e eficiente,

A inteligência floresce apenas através da troca; de maneira que uma administração inteligente é aquela baseada na gestão das relações, dos contatos, das interações ou, se preferir, aquela que é capaz de resolver problemas multidimensionais com respostas multidimensionais (BRUGUÉ ET AL, 2011.apud REINACH E SANTOS, 2014, p,4).

### 3. CONTEXTUALIZAÇÃO DO TEMA JUVENTUDE E POLÍTICAS PÚBLICAS

Para Castro (2011), tendo como referência a teoria sociológica do francês Pierre Bourdieu, existem, ainda em construção, dois campos que disputam a juventude. São eles: o campo Político da Juventude e o campo das Políticas Públicas de Juventude. Este segundo a autora reúne academia/pesquisadores, Estado e sociedade civil organizada. Estes atores,

[...] conformam esse campo hoje e vivenciam uma intensidade dialógica ainda mais evidente nesse momento em que já se experimenta o processo de institucionalização das políticas públicas para a juventude. Ou seja, tem-se um campo de PPJ constituído que permeado por uma disputa de classificações sobre a própria ideia de Estado, de políticas públicas, de direitos, controle social (CASTRO, 2011, p.294)

É por conta dessa diversidade de atores, que compõe o campo das PPJs, que há entendimentos diversos quanto à correta utilização do termo juventude para conceituar a população jovem no Brasil. No entanto, para fins de definição do público beneficiário das políticas públicas, consideram-se jovens, no Brasil, aqueles com idade entre 15 e 29 anos. A legislação mais recente, que assegura este recorte etário, é o Estatuto da Juventude, lei 12.852 de 2013, que afirma que são consideradas jovens as pessoas com idade entre 15 (quinze) e 29 (vinte e nove) anos de idade.

Estudiosos, no entanto, alertam para a fragilidade que é definir juventude levando em conta apenas o recorte etário. Pochmann (2004), por exemplo, diz que esta “fase tipicamente transitória da juventude encontra-se identificada por uma determinação cultural no interior de cada sociedade, para além dos limites meramente fisiológicos.” O economista contextualiza o quão frágil é o recorte etário, citando a evolução da expectativa de vida no Brasil,

Atualmente, quando a expectativa de vida encontra-se ao redor de 70 anos no Brasil, aproximando-se rapidamente dos 100 anos para as décadas vindouras, torna-se fundamental identificar que houve o alargamento da faixa etária circunscrita à juventude para algo entre 16 e 34 anos de idade (POCHMANN, 2004, p.221).

Abramo (2005) também comunga desta posição ao afirmar que,

Diversas instituições de pesquisa (como IBGE e IPEA), assim como os últimos estudos, têm usado este recorte, sem deixar de alertar para a necessidade de sempre relativizar tais marcos, uma vez que a histórias pessoais, condicionadas pelas diferenças e desigualdades sociais de muitas ordens, produzem trajetórias diversas para os indivíduos concretos (ABRAMO, 2005, p.45.)

A autora alerta que hoje é preciso considerar a diversidade juvenil, “precisamos falar de juventudes, no plural, e não de juventude, no singular, para não esquecer as diferenças e

desigualdades que atravessam esta condição” (ABRAMO, 2008, p. 43). Para ela, condição e situação são coisas distintas em relação à vivência juvenil,

a condição juvenil refere-se ao modo como uma sociedade constitui e atribui significado a esse momento do ciclo de vida, refere-se a uma dimensão histórico-generacional, ao passo que a situação dos jovens revela o modo como tal condição é vivida a partir dos diversos recortes referidos às diferenças sociais – classe, gênero, etnia etc (ABRAMO, 2005, p.42).

Tal preocupação com este momento da vida é considerada pela Secretaria Nacional de Juventude em diversos documentos, entre os quais citamos o Guia de Políticas Públicas (2013), onde a SNJ afirma que a vivência juvenil,

se dá em um ambiente de acentuado conflito entre os anseios e as múltiplas desigualdades vividas pelos jovens, segundo recortes diferenciados de classe, gênero, etnia, renda familiar, região de moradia, orientação afetivossexual, presença ou não de deficiência, etc (CARTILHA SOBRE POLÍTICAS PÚBLICAS DE JUVENTUDE, 2013.p.8).

Há que registrar que houve na última década um rompimento paradigmático quanto à percepção do jovem na agenda das políticas públicas. Castro (2011), afirma que,

as primeiras iniciativas de políticas públicas para a população jovem definiam como público-alvo uma categoria perigosamente cooptável pela “delinquência”, refratária ao “socorro” do Estado e desinteressada em seus possíveis papéis na sociedade” (CASTRO, 2011, p.283).

Ainda segundo Castro, essa mudança de percepção do jovem, que deixa de ser passivo e passa a ser ator político das PPJs, é uma conquista que ainda está em curso, razão pela qual ela alerta para possíveis recuos,

A consolidação da categoria juventude sujeitos de direitos representa uma alteração de paradigma, em que o público-alvo passa de passivo a agente, corresponsável pela construção das políticas públicas. Se esse processo ainda está em curso e evidentemente pode sofrer recuos, aponta para consolidação de uma importante conquista: a legitimação de novos atores e, principalmente, da “juventude” como agente nesse processo de construção das PPJ, ou seja, percebe-se uma mudança de paradigma de políticas públicas de uma visão conservadora Estado/Provedor-Jovem/ atendido para políticas públicas como processo de construção participativa onde o (a) jovem é agente. Evidentemente, o processo efetivo de conquista dessa nova perspectiva de políticas públicas ainda está em curso (CASTRO, 2011,p.283).

À luz do Estatuto da Juventude e do debate travado no campo das Políticas Públicas para este seguimento, pode-se afirmar que a Política Nacional de Juventude leva em conta recortes diferenciados para compreender a condição juvenil, assim como o parâmetro etário, para definir a população beneficiária das políticas públicas que, segundo dados do Censo (IBGE,2010), totalizam 51,3 milhões de pessoas, o que corresponde a 26,1% do total da população.

## 4. OS PRINCIPAIS MARCOS DAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA AS MULHERES E DE JUVENTUDE

Nos últimos dez anos, o governo federal avançou no reconhecimento das Mulheres, numa perspectiva de gênero e de juventude, como público específico das políticas públicas. No caso das políticas de juventude, o marco inicial foi a criação da Secretaria Nacional de Juventude (SNJ), do Conselho Nacional de Juventude (CONJUVE) e do Programa Nacional de Inclusão de Jovens (PROJOVEM), inicialmente por Medida Provisória, para, logo em seguida, ser convertida na lei 11.129/2005. De acordo com o Guias de Políticas Públicas, 2013,

Tal medida representou o marco de uma política nacional de juventude porque criava um órgão responsável por coordenar e articular a política nacional, um conselho para propor, acompanhar, avaliar programas e ações, e um programa voltado a inclusão de jovens (CARTILHA SOBRE POLÍTICAS PÚBLICAS DE JUVENTUDE, 2013.p.9).

De modo semelhante, a criação em 2003 da SPM, elevada a status de ministério em 2006, representou um salto na implementação das políticas públicas para as Mulheres, na perspectiva de gênero. A SPM “inaugurou um novo momento da história do Brasil, no que se refere à formulação, coordenação e articulação de políticas que promovam a igualdade entre mulheres e homens” (PNPM, 2005, p. 2005).

Tanto a SPM, quanto a SNJ, tem como princípio orientador a participação social na construção da política pública, que ora se apresenta como método de gestão, quando se refere à ação de governo, ora se apresenta como demanda, quando se refere aos atores políticos que reivindicam a inclusão da participação como um problema público. Isto porque a sociedade cada vez mais reclama o direito de participar do processo de decisões no âmbito do Estado. Para Mary Castro (2004, p.282), a participação é “um dos constructos básicos de uma política de identidade, quer seja ela para mulheres, negros ou jovens”.

A autora, no entanto, chama atenção para o uso indiscriminado deste conceito. Para ela,

Participação é mais do que estar representado em órgãos colegiados, conselhos, ou ser ouvido sobre uma determinada política ou ação legal. É dispor de conhecimentos e recursos para poder exercer o controle social de políticas. No caso de novos sujeitos, por exemplo, os jovens, tal princípio pede investimentos em formação sobre procedimentos orçamentários, maquinaria política, trâmites legislativos, o lidar com contas públicas, comumente não dispostas de forma transparente (CASTRO, 2004, p.285).

De certo, há limitações para que haja uma efetiva participação do cidadão no processo de construção das políticas públicas, sobretudo no que diz respeito ao acesso às informações. Todavia, constitui-se em uma importante conquista a recente aprovação da lei complementar nº 131 de 2009, que acrescenta dispositivos na Lei de Responsabilidade Fiscal nº 101 de 2000 e determina a transparência dos atos da Administração Pública e a Lei de Acesso à Informação, nº 12.527 de 2011.

As mudanças na legislação vêm convergindo para um novo modelo de gestão com a garantia da participação efetiva do cidadão. Entendemos que, em boa parte, os processos participativos implantados pela SPM e pela SNJ podem servir de modelo aos gestores públicos, principalmente na esfera municipal, razão pela qual nela nos debruçaremos a seguir, com intuito de resgatar os principais marcos da participação social em face das políticas públicas de mulheres e juventude.

Iniciaremos pela SPM que, em 2004, convocou, em conjunto com o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, a I Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres (1ª CNPM) e a 2ª e a 3ª CNPM, respectivamente, em 2007 e 2011. Todas as edições foram precedidas de plenárias municipais e/ou regionais e das Conferências Estaduais. A 1ª reuniu “120 mil mulheres brasileiras” (PNPM, 2004, p.15), a 2ª “envolveu diretamente cerca de 200 mil”. (PNPM, 2008, p.17) e a 3ª repetiu o êxito de 2007, reunindo 200 mil mulheres (PNPM,2013, p.9).

As/os participantes das CNPM colaboraram com a gestão pública na construção das diretrizes das políticas para as Mulheres. De acordo com os Decretos Presidenciais de convocação das conferências, cada edição teve um propósito diferente. A 1º CNPM teve como objetivo “propor diretrizes para fundamentação do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres.” A 2º CNPM teve como finalidade “analisar e repactuar os princípios e diretrizes aprovados na I CNPM e avaliar a implementação do PNPM.” E a 3ª CNPM, além de avaliar a implementação do PNPM, teve como objetivo “discutir e elaborar propostas de políticas que contemplem a construção da igualdade de gênero para o fortalecimento econômico, social, cultural e político das mulheres e para a erradicação da pobreza extrema.”

Nota-se que todas as conferências têm, no centro do debate, a construção, atualização e/ou a avaliação do PNPM. Convém registrar que o plano se organizava até 2012, entretanto, a última edição sofreu adequações na sua organização para se adequar ao objetivo estrutural da gestão do governo Dilma, que é a erradicação da extrema pobreza, bem como para se adequar à nova metodologia do PPA 2012-2015, do governo federal.

Nas palavras da SPM, as Conferências Nacionais de Políticas para Mulheres,

constituem o pioneiro, protagonismo e a participação efetiva da sociedade civil na remodelação do modo de fazer política, inaugurado a partir do processo de redemocratização do Estado brasileiro, cujo objetivo maior é a explicitação de interesses e pontos de vistas de grupos historicamente marginalizados, excluídos.( DOC. FÓRUM-ENCONTRO REGIONAL, P.8, 2013)

As conferências de Políticas Públicas para a Juventude também representaram um marco institucional das PPJs. De forma semelhante à SPM, a 1ª e a 2ª Conferências foram convocadas por Decretos Presidenciais, coordenadas pelo CONJUVE e pela Secretaria-Geral da Presidência da República por meio da SNJ. A 1ª CNPJ, convocada em 2007, realizada em 2008, teve como temas principais: “Juventude: Democracia, Participação e Desenvolvimento Nacional: Parâmetros e Diretrizes da Política Nacional de Juventude e Desafios e Prioridades para as Políticas Públicas de Juventude.” Com o lema “Levante sua Bandeira, esse amplo processo de diálogo, envolveu mais de 400 mil pessoas”( IPEA, Relatório da Conferencia, p.3). A 2ª Conferência ocorreu em 2011, com os temas: Democracia, Participação e Desenvolvimento Nacional; Plano Nacional de Juventude: prioridades 2011-2015; e Articulação e integração das políticas públicas de juventude. Essa mobilizou “aproximadamente 550 mil jovens em todo o país” (RELATÓRIO da SNJ, 2011, p.3).

Nota-se que há uma diferença circunstancial entre os temas de cada conferência. Enquanto que na primeira o objetivo era levantar demanda para agenda pública, na segunda era aprofundar a estratégia de gestão das PPJs. No entanto, os temas Participação e Desenvolvimento Nacional permeiam o debate das duas conferências. A SNJ explica essa diferença da seguinte maneira,

Se na 1ª Conferência Nacional de Juventude, realizada em 2008, o lema foi “Levante a Sua Bandeira”, a marca desta 2ª Conferência foi justamente o aprofundamento das discussões sobre os direitos da juventude e, especialmente, os mecanismos institucionais para que eles sejam efetivados(RELATÓRIO da SNJ, 2011, p.5).

Além do que já foi mencionado, como marco referencial, vale ressaltar, no caso das políticas para as Mulheres, a aprovação da Lei Maria da Penha, 11.340/2006, que representa um avanço no combate à violência doméstica e familiar e, no que tange às políticas para a juventude, aprovação da Emenda Constitucional 65, que incluiu a palavra “jovem” no capítulo da Constituição Federal “Da Família, Da Criança, Do Adolescente e Do Idoso” e a recente aprovação do Estatuto da Juventude, lei nº 12.852 de 2013.

Como se vê, a SPM e a SNJ, nos últimos anos, obtiveram conquistas fundamentais para efetivação dos direitos das mulheres e da juventude, o que indica um esforço do Estado em consolidar os marcos institucionais e legais destas políticas, de forma participativa, interagindo com aqueles que são atores políticos e público beneficiário.

## **5. BREVE DIAGNÓSTICO: QUEM SÃO AS JOVENS MULHERES BRASILEIRAS?**

Para a formação da agenda, é fundamental a elaboração de um bom diagnóstico com dados e indicadores sociais que possam nos demonstrar com clareza de quem estamos falando. Marques (2013) afirma que o diagnóstico da situação deve se dar por meio da utilização de indicadores. Para ele, os processos de diagnóstico permitem-nos compreender como surgem certas demandas por políticas públicas e, principalmente, como se articulam e qual a sua real importância. Razão pela qual apresentaremos, a seguir, um conjunto de informações produzidas por pesquisadores e órgãos públicos, que nos dão pistas para entender quem são e em que condições estão as jovens mulheres brasileiras.

Em Pesquisa sobre o Perfil e Opinião da Juventude Brasileira, publicada em 2013, de responsabilidade da SNJ, identificou-se que “40% dos jovens têm filhos”, “essa condição varia profundamente segundo sexo: enquanto pouco mais de um quarto (28%) dos homens são pais, mais de metade das mulheres (54%) vive a condição de maternidade.” Situação vivenciada por 70% das jovens na faixa etária de 25 a 29 anos.

Estudos comprovam que tem aumentado o número de mulheres infectadas pelo vírus da AIDS.



A relação, que já foi de 2,4 casos registrados em homens para cada caso registrado em mulheres, em meados da década de 1990 (1996), hoje é quase de 1,5 caso registrado em homens para cada caso registrado em mulheres. Entre adolescentes e adultos jovens, na faixa etária entre 15 a 29 anos, a relação é ainda mais baixa: 1,1 homens para cada mulher (PAIVA, ANDREA BARRETO, et. al. 2009, p.134).

Tal contexto indica que os gestores públicos devem dar atenção especial à saúde da juventude, com recorte de gênero, tendo em vista que as políticas públicas precisam considerar a promoção do direito à vivência sexual, com segurança, e a relação entre ser jovem e mulher, em face da sua condição de maternidade. Em outras palavras, o Estado precisa garantir o exercício dos direitos sexuais e reprodutivos dos/as jovens.

A Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres (SPM, 2011) traz um conjunto de dados, baseado em pesquisas realizadas por organismos, que apontam para a vulnerabilidade das mulheres jovens, no que tange ao tráfico de pessoa, exploração e abuso sexual.

A Organização Internacional do Trabalho (OIT) indica, também, a maior vulnerabilidade de mulheres e meninas ao tráfico de pessoas e à exploração sexual (2005). Segundo estudo divulgado pela UNESCO em 1999, uma em cada três ou quatro meninas é abusada sexualmente antes de completar 18 anos.

A Organização Internacional do Trabalho<sup>2</sup> (OIT) estimou, ainda em 2005, que o Tráfico Internacional de Pessoas movimentava anualmente US\$ 32 bilhões, sendo a terceira atividade ilícita mais lucrativa (SPM, 2011, p.2)

A organização Childhood Brasil (WCF), em parceria com as Universidades Federais do Rio Grande do Sul (UFRGS) e de Sergipe, produziu um relatório com base em uma pesquisa realizada em 2011, que busca a percepção dos “homens que trabalham na construção de megaempreendimentos de infraestrutura no Brasil e enfoca, prioritariamente, o envolvimento deles com a exploração sexual de crianças e adolescentes.” Quase todos entrevistados, 97,2%, afirmam que a prostituição é comum em todas as regiões do país. Destes, 66,9% afirmam que os companheiros saem com meninas menores de 18 anos, 25,4% reconhecem ter agido da mesma forma. Entre as regiões, o Norte é a região onde mais acontece a prática de prostituição: cerca de 40% dos entrevistados apontaram esta região como sendo a que esta situação é mais grave.

Este é um cenário preocupante, tendo em vista que o Brasil está vivenciando momentos de grandes investimentos em sua infraestrutura, tanto da iniciativa privada, quanto do setor público. O país também sediará grandes eventos esportivos, como a Copa do Mundo

de Futebol masculino, que começa em junho 2014 e as Olimpíadas em 2018. De modo que entendemos que convém intensificar as ações voltadas para prevenir a exploração, o tráfico e o turismo sexual de mulheres, adolescentes e jovens, principalmente nas grandes obras de infraestrutura no país.

Na educação, os indicadores são sempre melhores, independente da faixa etária, para mulheres do que para os homens. Corbucci et. al., (2009), ao analisarem a variável de gênero, no contexto da situação educacional dos jovens brasileiros, afirmam,

“que as mulheres têm se sobressaído em relação aos homens, sobretudo no acesso à educação escolar. Em 2007, a taxa líquida no ensino médio atingia 53,8% entre as mulheres, ou seja, mais de 11 pontos percentuais (p.p) acima da taxa média registrada entre homens. Se, no passado, o sexo feminino evidenciava defasagens educacionais em relação ao masculino, atualmente verifica-se o contrário.” (CORBUCCI, et al.2009, p.99).

O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep/MEC), em parceria com a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres da Presidência da República, com base nos dados do Censo da Educação Superior de 1991 a 2005, também confirma que são as mulheres a maioria nos campus universitários do país, sejam públicos ou privados. Entretanto, os cursos mais procurados pelos homens são os relativos a engenharia e computação e os cursos mais procurados pelas mulheres são os relativos a serviços e aos cuidados com o ser humano, como Pedagogia, Letras e Enfermagem. Tal cenário reforça a segmentação sexual das ocupações no mercado de trabalho e, por conseguinte, a desvalorização salarial.

## 10 Maiores Cursos com percentual de Homens e Mulheres

Cursos	% Feminino	% Masculino
1.Administração	49,2	50,8
2. Direito	48,9	51,1
3. Pedagogia	91,3	8,7
4. Engenharia	20,3	79,7
5. Comunicação Social	56,6	43,4
6. Letras	80,0	20,0
7. Ciências Contábeis	50,7	49,3
8. Educação Física	43,1	56,9
9. Enfermagem	82,9	17,1
10. Ciência da Computação	18,8	81,2

Fonte: INEP/MEC

Apesar dos dados educacionais serem favoráveis às mulheres, no caso das jovens mulheres, temos problemas a serem superados para assegurar o direito básico à educação,

A Síntese de Indicadores Sociais (SIS) 2013 mostra que, em 2012, cerca de 20% dos jovens de 15 a 29 anos de idade não frequentavam escola nem trabalhavam. A proporção de mulheres nesse grupo foi grande: 70,3%. Entre elas, destaca-se a proporção daquelas que tinham pelo menos um filho: 30,0% entre aquelas com 15 a 17 anos, 51,6% na faixa de 18 a 24 anos de idade e 74,1% daquelas de 25 a 29 anos de idade. Entre as pessoas de 15 a 17 anos que não estudavam nem trabalhavam, 56,7% não tinham o ensino fundamental completo. Entre as de 18 a 24 anos, 47,4% tinham completado o ensino médio (INFORMAÇÃO DISPONÍVEL NO SITE BRASIL.GOV, ACESSADO 10.05.2014).

De fato, as jovens mulheres enfrentam dificuldades para continuar estudando, pois precisam conciliar as afazeres domésticos com outras atividades, como estudo e trabalho.

A baixa representação da juventude nos espaços de poder é constatada quando observamos o reduzido número de representantes nos três poderes, seja na esfera municipal, estadual ou federal. A própria Constituição impõe limites de idade para ocupação de cargos eletivos ou efetivos. Nem mesmo nos cargos eletivos, em que o critério etário permite o acesso, é significativa a presença de jovens. Um contrassenso, se levarmos em conta que a idade mínima exigida para participar do processo, na condição de eleitor, é de 16 anos. Vejamos o que diz a Constituição,

**Art. 14, 3º** - São condições de elegibilidade, na forma da lei:

(...)

VI - a idade mínima de:

- a) **trinta e cinco anos** para Presidente e Vice-Presidente da República e Senador;
- b) **trinta anos** para Governador e Vice-Governador de Estado e do Distrito Federal;
- c) **vinte e um anos** para Deputado Federal, Deputado Estadual ou Distrital, Prefeito, Vice-Prefeito e juiz de paz;
- d) **dezoito anos** para Vereador ( CONSTITUIÇÃO FEDERAL, 1988. *Nosso grifo*)

A Secretaria Nacional de Juventude fez um estudo da participação dos jovens com até 29 anos na data da posse, na Câmara Federal entre 1982 e 2006, com objetivo de “estabelecer um perfil da participação da juventude na política institucional brasileira”. O resultado confirma a exclusão da juventude dos espaços de poder, sobretudo as jovens. Em sete eleições realizadas, seis elegeram jovens com até 29 anos de idade. Foram sessenta e três deputados e deputadas eleitas nessa faixa etária, uma média de 10,5 por legislatura. Do total, três parlamentares eram mulheres, o que corresponde a 5%. A média etária geral é de 26 anos. Entre as mulheres é de 24,3 anos e entre os homens é de 26,5 anos.

Tal cenário evidencia que a juventude também compõe o rol dos excluídos do exercício do direito político institucional, independente do gênero. Este é, sem dúvida, um problema sobre o qual precisamos refletir. A exclusão dos jovens dos espaços institucionais de poder, neste caso do Poder Legislativo brasileiro, é resultado de um processo histórico social e tem a ver com o caráter conservador com que o poder é exercido pelos homens adultos, o que nos remete ao termo adulto centrismo, que segundo o Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase, 2010, p.148) é um termo pouco estudado pelas ciências sociais, mas que “alude a uma distribuição não equitativa do poder entre classes de idade (em qualquer esfera).” A aprovação de uma reforma política, que garantisse paridade de gênero e levasse em consideração os aspectos geracionais, certamente alteraria este cenário e alavancaria o processo de construção das políticas públicas para as juventudes e para as mulheres.

Os dados acima demonstram que temos problemas multidimensionais a serem enfrentados para assegurar os direitos políticos, sociais e econômicos dos/das jovens. A disputa pela consolidação da percepção do/a jovem como sujeito de direitos, ator político, ainda não está consolidada, principalmente no que tange à participação política. Este é um longo caminho que temos que percorrer, o que nos coloca, como desafio imediato, o de avançar na institucionalização das PPJs, transformando-as em políticas de Estado, a fim de assegurar a inclusão desta parcela importante da sociedade no processo de desenvolvimento do país.

## **6. POLÍTICAS PÚBLICAS E A INCORPORAÇÃO DAS QUESTÕES DE GÊNERO E GERAÇÃO**

Faremos, a seguir, análise dos principais instrumentos de gestão das políticas para as Mulheres e Juventude da SNJ e da SPM.

Começamos pelas políticas públicas para as Mulheres, destacando que a pressão social para que o Estado brasileiro incorporasse as especificidades das mulheres, como público alvo das políticas públicas, iniciou-se na década de 70, quando do fortalecimento do movimento feminista no Brasil. Entretanto, a ação de governo, que articula políticas públicas com a perspectiva de gênero é recente.

A relação entre políticas públicas e perspectiva de gênero é um fato recente que vem tomando curso, desenvolvendo-se e se intensificando, em vários âmbitos da sociedade e do Estado, sobretudo em sua dimensão municipal. Exemplos desse

movimento são os Conselhos Municipais, estando seus agentes vinculados à dimensão estadual (BANDEIRA, ALMEIDA E MENEZES, 2004).

No âmbito do governo federal, como já destacamos anteriormente, a articulação de políticas públicas para as mulheres com recorte de gênero é de competência da Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres. De acordo diversas publicações, entre as quais destacamos “Políticas Públicas para as Mulheres, que marca os dez anos da SPM, gênero é entendido, segundo o conceito desenvolvido pela historiadora Joan Scott (1995),

Vale lembrar que o conceito de gênero estrutura-se a partir da ênfase nas relações sociais, políticas, econômicas e culturais, entre os sexos, uma vez que sinaliza as condições de desigualdades presentes entre homens e mulheres, sobretudo, hierárquicas e de poder (PUBLICAÇÃO DA SPM, P.3).

A publicação enfatiza, ainda, que nem toda política pública, que tem como público alvo as mulheres, é, necessariamente, política que tem como ênfase o recorte de gênero. As Políticas Públicas “assentadas em uma perspectiva de gênero”, são aquelas que buscam a “construção da igualdade e o combate às discriminações.”

Vimos também que a SPM utiliza, como estratégia de gestão, a transversalidade e a intersectorialidade para incorporar a perspectiva de gênero no conjunto das políticas do governo. Como os dois princípios, ora citados, pressupõe a interlocução com diversos atores, a SPM, em diálogo principalmente com as jovens, sobretudo nas conferências, vem reconhecendo a condição da mulher jovem e a necessidade de incorporar aspectos geracionais nas políticas públicas para as mulheres sob seu comando, bem como vem influenciando outros ministérios. Quanto a isso, o Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, edição 2008 e 2013, não deixa dúvidas, ao afirmar,

#### PNPM, 2008

No que tange à mulher jovem, vale destacar que as noções de juventude são também construídas pelas culturas, pautadas em características como mudanças corporais, condições políticas, econômicas e inclusive geográficas. As juventudes têm sido associadas a inúmeros aspectos, pressupostos, expectativas, temores e idealizações que, historicamente, implicam para os jovens condições de desvantagem, como falta de controle sobre as próprias vidas e marginalização.

Para as mulheres jovens, esse período é muito denso, pois devem responder a várias demandas apresentadas, em poucos anos. Nesta etapa se dá o que convencionou-se chamar de vida dupla feminina, ocorrendo um acúmulo de responsabilidades com os aspectos tradicionais e modernos das responsabilidades consigo mesmo, com a casa, filhos, trabalho e estudos. A estética da beleza é outro dos valores correntes que interfere na forma como mulheres jovens lidam com seus corpos, com suas vidas e como se inserem no espaço social. A estética comercializada pelos meios de comunicação idealiza um modelo único de mulher, sugerindo que esta seja a única possibilidade de inserção social “positiva”, fixando-se um padrão de beleza a ser

atingido que pouco representa a diversidade das mulheres brasileiras, além de evidenciar a necessidade constante da aprovação do outro, que muitas vezes é do sexo masculino. (PNPM,2008, p.174).

## PNPM -2013-2015

‘Ser mulher jovem está associado a diversos aspectos, pressupostos, expectativas, temores e idealizações que, historicamente, podem implicar em posições de desigualdade social marcadas pelas diferenças de classe, raça, cor, etnia, orientação sexual, presença de deficiências, falta de acesso e controle a serviços de educação e saúde - em especial a garantias de direitos sexuais e reprodutivos – exposição à violência e várias formas de abuso e/ou exploração sexual, inserção precarizada no mercado de trabalho, bem como acúmulo de jornadas de trabalho, estudo e em muitos casos das atividades de cuidado. (PNPM,2013, p.90)’

As considerações sobre as mulheres jovens, apresentadas no PNPM 2007; 2013 traz uma síntese das condições em que estão inseridas as jovens mulheres brasileiras, chamando atenção para necessidade de se pensar políticas públicas para as mulheres em face da sua condição juvenil e da desigualdade de gênero. O PNPM está alinhado com a concepção da SNJ quanto à definição do jovem como sujeito de direito, diverso, agente capaz de incidir diretamente na agenda pública, ao afirmar que “a juventude não pode ser única, mas heterogênea; com características distintas e ações afirmativas que variam de acordo com aspectos sociais, culturais, econômicos e territoriais (PNPM, 2013, p.91).”

Constitui-se numa importante conquista a incorporação da condição da jovem mulher no Plano, considerando que este, segundo Renachi (2013), é o instrumento pelo qual a SPM realiza a articulação com os demais ministérios. Nas palavras da autora,

O Plano possui um importante papel como instrumentos de gestão das políticas para mulheres. No entanto, além dessa importância, o Plano é também um documento que pauta o governo estrategicamente. Ou seja, aquilo que faz parte do Plano está entre as prioridades do governo nessas áreas. Sendo assim, os dez eixos que compõe o Plano podem ser lidos de forma a compreender a natureza da política que o governo federal pretende implantar como política para mulheres. (RENACHI, 2013, p.108)

Para acompanhar e avaliar periodicamente o cumprimento dos objetivos, ações e metas definidos no PNPM, a SPM instituiu, pelo Decreto nº 5.390/2005, o Comitê de Articulação e Monitoramento do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres. Em seu regimento, última versão, instituído pela PORTARIA nº 38/2013, além do que já foi disposto no decreto, acrescenta, como finalidade, a atribuição de “promover a articulação entre os diferentes órgãos de governo, responsáveis pela implementação do PNPM”. Compostos por

Ministérios, também assegura a participação de três membros do Conselho Nacional dos Direitos das Mulheres, obrigatoriamente membro da sociedade civil organizada.

A participação da SNJ no Comitê de Articulação e Monitoramento do 2º Plano Nacional de Política para as Mulheres colaborou para a ampliação do reconhecimento da condição da jovem mulher no PNPM 2013-2015. O processo de pactuação com a SNJ é destacado pela Secretária de Articulação Institucional e Ações Temáticas, Veras Soares em reunião do comitê,

Já no que se refere ao Capítulo 10, que aborda as questões referentes a mulheres jovens, idosas e mulheres com deficiência, houve diálogos com a SDH, especialmente sobre população LBT e mulheres idosas. Com a SNJ já há um diálogo em curso; há trabalhos em comum, o que significa que muito já está pactuado (AJUDA-MEMÓRIA – 43ª REUNIÃO ORDINÁRIA, 2012).

O processo de pactuação com SNJ, a partir da intervenção política das jovens na 3ª Conferência, assegurou, na nova edição do PNPM 2012-2015, publicado em março de 2013, e instituído por Decreto Presidência nº 7.959 de 2013, objetivos, metas, prioridades e diretrizes já previstas no antigo PNPM, além de incorporar outras linhas de ação, que se desdobram em um plano de ação, com ênfase na promoção da autonomia, no reconhecimento da diversidade e da desigualdade geracionais, enfrentadas pelas mulheres jovens. A SNJ, em seu balanço de 2012, ressalta esse alinhamento com SPM.

A SNJ contribuiu, em outubro/2012, na elaboração de propostas da versão preliminar do Plano, que avança no entendimento do que é ser mulher jovem, evidenciando que existem particularidades e demandas próprias deste público.

A referência para a elaboração de propostas no 3º PNPM foi o Capítulo 10 – Igualdade para as mulheres jovens, idosas e mulheres com deficiência – que apresenta um conjunto de ações voltado às jovens, além de outras ações previstas em outros capítulos, o que reforça a importância de estabelecer a transversalidade de gênero e geracional nas políticas públicas que envolvam a participação de outros ministérios (BALANÇO DA SNJ, 2011, p.23).

Sem dúvida, a SPM e SNJ vêm ampliando esse processo de articulação com os demais ministérios e tem aumentado a importância da pauta na agenda de governo, destacando inclusive a situação dos jovens homens negros, principais vítimas da violência urbana. Podemos visualizar este avanço nas palavras da Secretária Executiva Lourdes Bandeira (SPM):

A Secretária Executiva Lourdes Bandeira (SPM) disse que não é à toa que a SPM reforça a política para a juventude. Como foi dito por Ângela e Joyce, a juventude negra enfrenta vários desafios: os homens estão morrendo e as moças negras estão cada vez mais presentes no tráfico e nas prisões. Temos uma concentração de questões de gênero e classe na população jovem negra. SPM, SNJ e Seppir precisam se unir, poderíamos nos unir ao BB, com algum sistema de bolsas, estágios, empreendedorismo, que contemplasse a juventude negra. Muitos destes jovens, homens e mulheres, perdem a vida por não ter tido nenhuma oportunidade. O relatório da Senasp evidencia esta situação. O BB, o MME e outros órgãos podem trazer contribuições nesse sentido, mesmo que algo pontual, para incorporação desses jovens de ambos os sexos (AJUDA-MEMÓRIA, 44ª REUNIÃO ORDINÁRIA, SITE: SPM, 2012).

A Secretaria Nacional de Juventude não possui, no formato da SPM, um Plano Nacional de Políticas de Juventude. No entanto, está em tramitação no Congresso Nacional, o Projeto de lei nº 4.530 de 2004, que prevê a instituição do Plano Nacional de Juventude e que, se aprovado, terá a duração de dez anos. De acordo com SEVERO, o Plano reúne,

programas, ações e leis voltados a orientar e ampliar as políticas de juventude, com prioridade para a erradicação do analfabetismo juvenil, a universalização do ensino médio, o acesso a bolsas estudantis para a permanência do jovem no ensino superior, a ampliação do programa Primeiro Emprego, a promoção de atividades preventivas na área da saúde. Também, o incentivo a projetos culturais produzidos por jovens, e garantia da inclusão digital nas escolas e nas universidades. O Plano é destinado aos jovens entre 15 e 29 anos, assim como o Estatuto da Juventude, e apresenta duração de dez anos, a contar de sua aprovação e publicação (SEVERO, 2010, p.5)

Atualmente, as ações sob o comando desta secretaria estão previstas no Programa Temático: Autonomia e Emancipação da Juventude do PPA 2012-2015 do Governo Federal. No balanço de 2012, a incorporação do recorte de gênero nas principais ações se apresenta como um desafio. No que tange à participação, merece destaque a formação dos GTs de trabalho temáticos, em particular o Grupo de Jovens Mulheres.

Ainda que não seja nosso objetivo analisar a efetividade destas políticas no que tange à incorporação das questões de gênero, destacamos como principais ações da SNJ: o Participatório, o Estação Juventude, o Juventude Viva e o Inclusão Produtiva, que estão em execução e preveem o envolvimento, em sua implementação, dos estados e municípios, bem como de jovens militantes.



## 7. ATOR POLITICO JOVEM, MULHER E FEMINISTA

Neste capítulo, faremos um percurso sobre o feminismo, numa perspectiva juvenil, tendo em vista que a própria SPM, na publicação do II PNPM, evidencia a participação das jovens feministas, como colaborando na sua elaboração, “como convidadas, contribuíram para a elaboração do II PNPM: Jurema Werneck, Wania Sant’Anna e Chindalena Barbosa, esta última representando a Articulação de Jovens Feministas (PNPM, 2008, p 203).”

Inicialmente destacamos que, na literatura, não há uma definição para o termo feminismo capaz de abarcar todas as diversidades existentes no universo do movimento feminista. Por esta razão, Alves, Pitangy (1991) não o conceitua, mas apresenta, numa perspectiva histórica, o processo prático organizativo do movimento, com as seguintes palavras,

“O feminismo procurou, em sua prática, enquanto movimento, superar as formas de organização tradicionais permeadas pela assimetria e pelo autoritarismo. Assim, o movimento feminista não se organiza de uma forma centralizada, e recusa a uma disciplina única, imposta a todas as militantes. Caracteriza-se pela auto-organização das mulheres em suas múltiplas frentes, assim como em grupos pequenos, onde se expressam as vivências próprias de cada mulher e onde se fortalece a solidariedade.”  
ALVES, PITANGUY, 1991, p.9)

As autoras apontam também para uma diversidade de pauta, mas apresentam como ponto de convergência o propósito de,

“repensar e recriar a identidade de sexo sob uma ótica em que o indivíduo, seja ele homem ou mulher, não tenha que adaptar-se a modelos hierarquizados. E que [...] as diferenças entre os sexos não se traduzam em relações de poder que permeiam a vida de homens e mulheres em todas as suas dimensões: no trabalho, na participação política, na esfera familiar, etc... (ALVES, PITANGUY, 1991,p.9).

É neste universo diverso, de múltiplas frentes, assumindo o feminismo como prática política, que no Brasil, a partir de 2000, encontramos o ator político: jovem mulher feminista reivindicando o reconhecimento de suas especificidades no movimento feminista, juvenil e, por consequência, na agenda governamental. Nas palavras de Silva (2009),

‘a emergência das mulheres jovens como segmento que apresenta especificidades e demandas próprias na esfera pública é um fenômeno recente que tem influenciado de forma inédita as agendas feministas e de juventudes no Brasil. Nos movimentos juvenis, as jovens reivindicam o reconhecimento das questões de gênero e a sua devida assimilação nas políticas públicas de juventude, enquanto no feminismo está reposto o debate de gênero em perspectiva geracional (SILVA, 2009, P.48).

De acordo com Zanetti (2008), antes da década de 2000, houve “raro ingresso de jovens militantes” no movimento feminista. A autora justifica esse contexto como um

“refluxo que oscila entre apontar o desinteresse das jovens em se aproximar do movimento e a ausência de ações militantes de então voltadas para conquista das novas gerações” (ZANETTI, 2008, P.34).

Para a autora, a conquista de direitos, no ordenamento jurídico, pode ter arrefecido, na década de 90, o interesse das jovens pelo movimento feminista. Nas palavras da autora,

“as jovens também parecem não ter se interessado muito pelo movimento, embora reconheçam que muitos dos direitos que gozam atualmente são frutos da luta das feministas em outras décadas. Pode ter contribuído para isto a falsa ideia prevalecente na sociedade brasileira de que os direitos das mulheres foram todos conquistados por ocasião da Constituição de 1988, tornando desnecessária a continuidade do movimento.”

Interessante argumentação também é apresentada por Gonçalves, Freitas e Oliveira (2013). De acordo com elas, nunca foram numerosas as protagonistas do movimento feminista, principalmente da década de 70 para cá, razão pela qual era fácil identificá-las como “precursoras, patronas, pioneiras, fundadoras, históricas” e estas, de alguma maneira, não refletiram sobre as questões geracionais. Isto ocorreu porque boa parte do movimento era formada por mulheres jovens, que se preocupavam muito mais com a transmissão dos valores feministas do que com as questões geracionais. Conjetura que, segundo elas, mudou a partir dos anos 2000.

Se para toda uma geração (chamemos assim?), no feminismo dos anos 1980 e 90, as idades importavam pouco ou não eram visíveis de tão evidentes (BRITTO DA MOTTA, 2000) é porque boa parte de suas agentes era ainda muito jovem e não se preocupava com reposição, mas, unicamente, com a transmissão se fazendo no tempo presente. Agora, nos anos 2000, toda uma discussão é feita em torno do envelhecimento, da necessidade de formação de novas gerações. Daí, a grande ênfase concedida nos discursos sobre e das jovens feministas ao tema da renovação (GONÇALVES, FREITAS, OLIVEIRA, 2013. p.13).

Contudo, este contexto, como já exposto, mudou na década 2000 e teve como marco inicial, a formação de coletivos de jovens mulheres no cenário nacional. Zanetti (2008) cita algumas iniciativas importantes, entre os quais destacamos,

[..] Fórum Cone Sul de Mulheres Jovens Políticas – Espaço Brasil, que começa a ser articulado em 2001 pela Fundação Friedrich Ebert – FES, possivelmente a primeira articulação nacional exclusivamente voltado para este público. Também conhecido como Forito, esta é uma articulação de jovens que atuam em diferentes organizações, movimentos e espaços políticos (ZANETTI, 2008, p. 40).

Gonçalves, Freitas e Oliveira (2013) destacam, também, o Fórum do Cone Sul de Mulheres Jovens Políticas e sintetizam outras iniciativas importantes,

À parte algumas contradições nas narrativas sobre a gênese da organização das jovens no feminismo brasileiro contemporâneo, no que concerne aos marcos de referência, os primeiros registros remetem ao Fórum Social Mundial e à organização do III Acampamento Intercontinental da Juventude, em 2003. Giovani (2003),

Adeve (2008) e Adrião e Tonelli (2008; 2009) inscrevem esta experiência nas origens da articulação das feministas jovens brasileiras e suas conexões com movimentos afins na América Latina e Caribe cuja presença jovem já se fazia sentir no final dos anos 1990 (ALVAREZ ET AL., 2003). Antes, em 2001, uma articulação denominada Fórum do Cone Sul de Mulheres Jovens Políticas – carinhosamente apelidada de Forito - (PAPA; SOUZA, 2009) já se reunia para fomentar a participação de mulheres, salientando, desde uma perspectiva de gênero, que os movimentos de juventude eram dos e não de jovens (GONÇALVES, FREITAS, OLIVEIRA, 2013. p.7).

Adrião (2008) também analisa o surgimento das jovens mulheres como um novo segmento do movimento feminista, no Brasil contemporâneo pós-década de 1990.

As jovens feministas utilizam estratégias de busca de igualdade dentro do movimento ressaltando suas “diferenças específicas”. Ou seja, movimentam internamente o feminismo com a inserção de demandas situadas e contextualizadas como “de um movimento jovem”. Ao mesmo tempo, percorrem caminhos que outras mulheres de outros segmentos já percorreram, como foi o caso das negras, indígenas e lésbicas. Trazem a reflexão de volta para a questão interna do movimento feminista acerca da sua unidade, traduzida em termos de questões da mulher (ADRIÃO, 2008.p 89).

Para a autora, a chegada das jovens é salutar, principalmente por evidenciar a estrutura hierárquica do movimento feminista, “na qual quem tem mais tempo ali, ou seja, as “históricas”, tem mais poder. Esta evidência, aparentemente óbvia, fundamenta parte das reivindicações das jovens e faz emergir as formas pelas quais as relações de poder fundamentam-se” (ADRIÃO, 2008.p 88).

Convém detalhar alguns marcos referenciais já exposto acima, tendo em vista que estes se constituíram em momentos preparatórios para que elas pudessem incidir na agenda pública do governo federal. O primeiro é, sem dúvida, a participação das jovens no X Encontro Feminista Latino-Americano e Caribenho, realizado em 2005, no Brasil, quando, no relato de experiência de Ana Adeve, nasceu a ideia de se realizar o I Encontro Nacional de Jovens Feministas.

Um dos eixos centrais do Encontro Latino-Americano foi **a interseção entre as identidades juvenis e feministas**. Durante a atividade, ocorreram diversas oficinas realizadas pelas jovens presentes e o I Fórum de Jovens Feministas da ALC, atividade proposta por jovens feministas de São Paulo, Elige México e coordenadoria de Jovens Feministas do Chile e que contou com mais de 100 jovens participantes (ADEVE, 2009, p. 36 *nosso grifo*).

Adrião (2008) elege a leitura da carta de reivindicações das jovens como um momento de destaque na atuação delas no X Encontro, que contou com o apoio da plenária. Ela recupera esse momento, com as seguintes palavras,

a plenária aplaudiu sem parar a desobediência das jovens feministas (categoria pela qual se auto definem) que tomaram a área central da plenária, onde se situava a mesa de coordenação dos trabalhos, e iniciaram em conjunto a leitura de sua carta de reivindicações. A regra a ser cumprida era a de que apenas uma representante de cada segmento iria ao centro e leria sua carta moção. Em sua maioria, as cartas moções tinham uma página no máximo, onde se reivindicava maior visibilidade e/ou participação daquele segmento ali representado (foram lidas cartas das deficientes, das lésbicas, das indígenas e das jovens feministas). Voltando à leitura da carta das jovens feministas, rapidamente fez-se uma meia lua, composta por mais de 30 jovens, mulheres da América-Latina e do Caribe. Opcionadas por sua iniciativa em desobedecer, as jovens feministas iniciaram a leitura de uma carta que trazia para o foco as especificidades destas, enquanto feministas. Ao meu lado, nas cadeiras ao redor, ouvia as mulheres feministas comentando, com entusiasmo, que gostariam de saber mesmo quais eram as especificidades das jovens e o que elas queriam. O clima era de festa e de receptividade àquelas novas que vinham trazer gás e força às lutas das mulheres, conforme comentado a minha volta. Pela primeira vez na História do Feminismo Latino ouvi-se falar, de forma consolidada, em um grupo de jovens que reivindicam especificidades (ADRIÃO, 2008, p. 83).

De acordo com a autora, o “ato de rebeldia” das jovens mulheres não constitui em um confronto direto com as feministas que estão há mais tempo no movimento. Entretanto, não deixa de desestruturar as relações de poder,

desestruturaram a ordem, ao mesmo tempo em que pedem licença às “mais velhas” para participarem, exaltando o que já foi conquistado e levando em consideração as lutas travadas anteriormente. Ou seja, reconhecem o passado histórico, sem abrir mão de alterações no presente, de forma que sejam não apenas ouvidas, mas tenham acesso aos espaços decisórios (ADRIÃO, 2008, p. 88).

Este momento impulsionou as jovens a se organizarem com atuação decisiva na II Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, bem como para a realização em 2008 do I Encontro de Jovens Feministas, que reuniu “jovens feministas organizadas em coletivos, organizações de mulheres, feministas de juventude e jovens feministas autônomas.” O encontro teve, entre outros parceiros, “a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, a Secretaria Nacional de Juventude, o Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher (UNIFEM) e, em especial, a Fundação Friedrich Ebert (FES)” (ADEVE, 2009, p.40).

Neste encontro, as jovens, além do debate, também criaram a Articulação Brasileira de Jovens Feministas (ABJF) (Zanetti, 2008,p.41). No blog oficial da ABJ, há um rico material sobre atuação das jovens, entre os quais, destacamos o documento “Posicionamento político da Articulação Brasileira de Jovens Feministas sobre as eleições do CONJUVE (Conselho Nacional de Juventude) 2009”, em trecho do documento, elas afirmam,

Reivindicamos uma política pública de juventude que considere e reconheça as jovens mulheres como sujeitos pensantes, propositoras e parceiras na implementação de políticas públicas que contribuam para o enfrentamento da situação de extrema vulnerabilidade em que vivem as jovens mulheres no Brasil (BLOG OFICIAL DA ABJ, ACESSADO: MARÇO DE 2013)

Julia Di Giovanni Ruiz também apresenta o caráter militante dessas jovens como,

próprias “de um feminismo renovado porque precisam responder continuamente a desafios históricos que se colocam hoje não apenas para o feminismo, mas também para o conjunto dos projetos emancipatórios dos quais o ‘movimento de movimentos’ pretende ser canal de convergência (GIOVANNI, 2003, p. 657).

Souza (2006) assevera que a mesma estratégia de visibilidade e organização utilizada no movimento feminista foi utilizada no movimento juvenil, com a formação de núcleo de jovens feministas. “Aparentemente, esse caminho também tem sido adotado pelas jovens mulheres que atuam em movimentos juvenis, mas nesse contexto tentando superar as discriminações de gênero, como acontece, por exemplo, no hip hop” (SOUZA, 2006 apud ZANETTI, 2008, p.52 ).

As jovens, no entanto, devem ficar atenta ao risco apontado por Gonçalves, Freitas e Oliveira (2013). Elas chamam atenção para descontinuidade da ação política das jovens ao analisar alguns espaços.

chamamos a atenção para outro fenômeno, o da descontinuidade das iniciativas que brotaram no período que estamos analisando, os anos 2000. Alguns blogs não foram mais atualizados e mesmo algumas organizações se encontram desestruturadas, mudaram de uma estratégia física para uma virtual (MORAIS; GONÇALVES, 2013), se reinventaram e se transformaram em outra coisa ou simplesmente desapareceram (GONÇALVES, FREITAS, OLIVEIRA, 2013. p.13).

As autoras concordam que o recorte etário juvenil deve ser observado, mesmo que este seja um “marcador etário volátil de identidades”. Segundo elas, é preciso dar “um tratamento político, porque é uma questão de justiça, de democracia, de ética e de poder”. No entanto, elas destacam que nossas idades mudam, mas continuamos sendo feministas. Compreensão que visualizamos nas palavras de Ana Adeve, ao afirmar,

[...] O que nos unia em primeiro lugar era a experiência geracional enquanto feministas, a ideia do pertencimento a um grupo geracional político. Não éramos apenas feministas, não éramos apenas jovens engajadas politicamente, éramos jovens feministas na intersecção do termo. E aí se escondia o segredo: a intersecção entre os dois termos, ser jovem e ser feminista; uma identidade transitória aliada a uma identidade ‘estável’. (ADEVE, 2009, p. 40)

Do mesmo modo, o movimento feminista precisa abrir espaço na sua agenda para ampliar o debate geracional, sobretudo no que diz respeito a este feminismo jovem,

“uma discussão profunda sobre o futuro do movimento feminista passará necessariamente pelo campo das culturas populares juvenis, que tem se constituído não somente como espaço de construção e reconstrução de novos estilos e

modismos, mas também de remodelação e apropriação de um feminismo pautado nas experiências e visões de mundo de jovens adolescentes (WELLER, 2005, p. 104).

## 8. JOVENS MULHERES, PARTICIPAÇÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS

Como vimos, a juventude brasileira tem uma participação política ínfima nos espaços institucionais de representação política. Excluídos do poder, mas não da disputa, a estratégia dos jovens tem se pautado no diálogo com o Estado, por meio dos espaços de participação, que ora tem o caráter consultivo ora tem o caráter deliberativo. Vimos, também, que foram as jovens feministas que, a partir dos canais de diálogo do governo, apresentaram à agenda pública o problema da inclusão das jovens mulheres. Neste capítulo, vamos buscar identificar como se deu a interação entre estes diferentes atores.

O ponto de partida foi, sem dúvida, as conferências temáticas de mulheres e juventude. Nos Anais da I Conferência Nacional de Política para as Mulheres, no que tange aos acordos gerais da plenária final, percebe-se que houve um consenso, ainda que de forma discreta, da dimensão geracional, assimilada pelo Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, em sua primeira edição (PNPM, 2004, p. 32). Contudo, Silva (2009) afirma que a inclusão das jovens no I PNPM aparentemente apresenta-se apenas como um traço formal,

“Ao analisar o documento, encontramos raras passagens que aludem à questão juvenil. O Plano se limita a incluir as jovens quando define ações isoladas referentes às prioridades de ampliação do acesso das mulheres ao mercado de trabalho (p. 45) e de promoção da autonomia econômica e financeira das mulheres (p. 46).

Contexto que se modifica três anos depois, quando o Plano em sua segunda edição, fruto da 2ª CNPM, realizada em 2007, aborda as mulheres jovens, de uma maneira totalmente diferente. Este novo momento é descrito por Silva, com entusiasmo,

Não obstante, o Plano de 2008 inclui as jovens de maneira surpreendente. Todos os eixos temáticos especificam ações direcionadas a elas, com o argumento de que a lógica das desigualdades geracionais afeta as mulheres em todas as dimensões de suas vidas. É curiosa a solução encontrada, ao longo do texto, para a definição dos objetivos gerais das políticas: ao qualificar as mulheres que deverão ser beneficiadas pela intervenção proposta, é recorrente o uso de expressões como “em todas as fases do seu ciclo vital”. Aí nos parece que não se trata mais de um mero traço formal na escrita, mas uma preocupação efetiva de dar maior visibilidade e propor políticas públicas adequadas para as jovens e aos demais grupos geracionais de mulheres (SILVA, 2009, p.59).

Rezende e Arévalo (2011), descrevendo a participação das jovens na 1ª e na 2ª CNPM, o apresenta como um cenário de mobilização, de organização da ação política das jovens, principalmente na 2ª Conferência,

Relatando brevemente a I CNPM, as jovens se mobilizaram com reuniões e até uma intervenção entre as falas de uma mesa, onde tínhamos uma faixa com os dizeres “Jovens Feministas Presentes”. Mostramos que estávamos presentes e tínhamos propostas, conseguimos estrategicamente pautar a juventude em alguns eixos e incluímos a Juventude no texto I PNPM.[...] Na II CNPM, as jovens estavam mais articuladas, com mais visibilidade e acesso à SPM (REZENDE E ARÉVALO, 2011, p. 194).

De fato, as jovens na 2ª Conferência estavam mais organizadas, e isto assegurou um maior acesso à SPM e, conforme já exposto, esta intervenção rendeu a incorporação de um capítulo específico que abordasse, com clareza, as especificidades das jovens, bem como garantiu que as mesmas figurassem nos demais eixos. O próprio plano reconhece essa maior interlocução entre a SPM e as jovens, quando afirma que a nova configuração do Comitê de Articulação e Monitoramento passou a contar, nas reuniões de revisão do PNPM, mesmo que na condição de convidadas, com “representantes dos movimentos de mulheres negras e de mulheres jovens” (II PNPM, 2008, p. 25).

Em 2008, foi a vez das jovens participarem da 1ª Conferência Nacional de Juventude. Neste espaço intergeracional, as jovens mulheres se articularam em torno de pautas que assegurassem a elas um conjunto de direitos, sobretudo os direitos sexuais e reprodutivos. “Diversos temas foram debatidos, em especial a descriminalização e legalização do aborto, debatido como uma questão de saúde pública, e incluído como a décima primeira prioridade do documento final” (REZENDE E ARÉVELO, p.194). A pauta da descriminalização do aborto, como se sabe, é uma pauta antiga do movimento feminista.

No ano de 2011, já com a Presidenta Dilma no comando da Nação, primeira mulher a ocupar a presidência da república, foi realizada a II Conferência Nacional de Juventude e a III Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres. Novamente, a presença das jovens mulheres foi fundamental. Naquela, as jovens, mais uma vez, defenderam as questões relacionadas aos direitos sexuais e reprodutivos como uma das prioridades. Nesta, as jovens participaram dos debates realizados em plenária, grupos de trabalhos e participaram da “Roda de Conversa “Mulheres jovens e idosas - as políticas e as diferenças de geração”. “Esta mesa

contou com a presença da Secretária Nacional de Juventude, Severine Macedo” (ANAIS, CNPM, 2011).

O ano de 2011 também é marcado por ações desenvolvidas pela Secretaria Nacional de Juventude, que indicava a necessidade de aprofundamento da pauta, bem como a necessidade de transversalizar o tema no âmbito do governo federal. De acordo com o balanço deste ano, a SNJ realizou,

negociações para parcerias nas políticas para mulheres jovens; assinatura do protocolo de intenções com a ONU Mulheres; levantamento das ações setoriais que podem ser integradas e construção de novas diretrizes; participação da SNJ no Comitê de Articulação e Monitoramento do 2º Plano Nacional de Política para as Mulheres; aprovação e criação do grupo de trabalho de Mulheres Jovens; participação da SNJ na sala de situação “Igualdade de Gênero” do Fórum Direitos e Cidadania (BALANÇO DA SNJ, 2011, p.18).

Percebe-se, também, que a SNJ ampliou os espaços de diálogo e de participação, com a criação de um GT sobre Jovens Mulheres.

O grupo de trabalho de Mulheres Jovens, que conta com a participação de agentes governamentais e da sociedade civil, tem como objetivo fortalecer a articulação entre as diversas políticas públicas do governo federal, além de ser um espaço permanente de formulação, sensibilização e diálogo para a qualificação das ações governamentais voltadas às jovens. (BALANÇO da SNJ, 2011, p.18)

Com mais detalhe, o balanço da SNJ de 2012 afirma que o GT tem como finalidade

Promover a agregação de informações e dados sobre temática considerada prioritária para a SNJ; **Promover o diálogo com sociedade civil/movimentos sociais e organizados – fortalecendo e potencializando parceiros já consolidados, aproximando e ampliando para novos parceiros;** Promover o diálogo com ministérios e órgãos do governo federal – fortalecendo e potencializando parceiros já consolidados, aproximando e ampliando para novos parceiros; orientação e negociação para a construção do desenho das PPJs da SNJ e com parceiros do governo federal (BALANÇO DA SNJ, 2012, p.18. nosso grifo).

O GT de Jovens Mulheres conta com a participação de ativistas, gestoras, representantes do Conselho Nacional de Juventude e pesquisadoras diretamente envolvidas com o tema juventude, mulheres e políticas públicas. Entre os organismos presentes, destacamos a Secretaria de Política para as Mulheres e a ONU Mulheres. Esta teve papel fundamental, garantindo, em 2012, por meio de projeto de cooperação técnica, a contratação de consultoria especializada, com propósito de

diagnosticar, sistematizar e avaliar os programas e ações desenvolvidas pelo Governo Federal que tenham como foco as mulheres jovens, além de sugerir propostas para a formulação e implementação das políticas públicas com recorte de gênero, em particular, nas específicas de juventude (BALANÇO DA SNJ, 2012, p.22).



De acordo com o Termo de Referência da ONU Mulheres (2011) para contratação desta consultoria, o trabalho a ser desenvolvido estava intrinsecamente ligado ao papel do GT de Jovens Mulheres. De acordo com o Balanço 2012 da SNJ, o GT realizou reuniões cujos objetivos foram:

definir as atividades do GT; discutir as informações e dados produzidos pela consultoria da ONU Mulheres; Acompanhar as articulações da SNJ junto aos parceiros; definir pautas prioritárias para discussão do GT; produção de textos exploratórios sobre temas centrais levantados pelo GT; propor metodologia para realização do I Seminário Nacional De Políticas Públicas Para Jovens Mulheres (SPM em parceria com a SNJ) e acompanhamento da realização do seminário (BALANÇO DA SNJ, 2012, p.22).

Ainda sobre a ONU Mulheres, é importante registrar que a organização manteve sob a coordenação do escritório de Brasília, de 2007 a 2012, o programa “Fortaleciendo el liderazgo de las mujeres jóvenes y su trabajo en redes en el Cono Sur”. No documento de avaliação final do programa, realizado em 2013, a entidade destaca a ascensão política de Severine Macedo e Divaneide Basílio, jovens mulheres com histórico de militância, que haviam participado de atividades formativas deste programa e que hoje respondiam, na esfera federal, pela Política Nacional de Juventude,

En Brasil, el contexto de la llegada al gobierno de Dilma Rouseff abrió una ventana de oportunidad que significó el nombramiento de Severine Macedo y Divaneide Basilio (jóvenes que habían pasado por los espacios de formación del Programa) como Secretaria de la Juventud y Jefa de Gabinete, respectivamente (lo mismo ocurrió en Paraguay con Diana García, nombrada Vice Ministra de la Juventud). Ello implicó la incorporación del compromiso con las mujeres jóvenes como uno de los ejes de trabajo de la nueva política nacional de juventudes y particularmente, la firma del Memorandum de Entendimiento con ONU Mujeres para transversalizar el género en las políticas de juventud em el ámbito federal (ONU MULHERES. Evaluación Final Programa Mujeres Jóvenes, 2013, p.30).

Corroboramos com a argumentação da ONU Mulheres, que avaliou como positiva a ascensão política de jovens mulheres militantes à condição de gestoras das políticas públicas de juventude. Sem dúvida, a nomeação de uma jovem mulher feminista de 29 anos ao cargo de Secretária Nacional de Juventude contribuiu para visibilizar a pauta das jovens na SNJ, bem como para ampliar o debate com demais parceiros, sobretudo com a SPM. Papa (2012) ao analisar os avanços do Ministério do Desenvolvimento Agrário, no que tange à política para as Mulheres, destacou como positivo a combinação entre perfis de gestora e militante, o que, para ela, resultaria em um perfil técnico-político.

Algumas das técnicas da Diretoria de Políticas para a Mulher Rural também são militantes do movimento social, a exemplo da Marcha Mundial de Mulheres, ou trazem a experiência de desenvolver políticas públicas para mulheres de governos locais, como o de Recife, onde atuaram anteriormente. Além disso, sua atuação político partidária tem orientação feminista. Este perfil técnico-político reunido na equipe de gestão pode explicar o reconhecimento da desigualdade [...] (PAPA, 2012. p.145).

A avaliação da ONU Mulheres registra ainda o papel do Grupo de Trabalho de Mulheres Jovens, destacando o perfil das/os integrantes do GT e o papel da consultoria na elaboração de estudos que trazem informações sobre as políticas públicas do governo federal, que tem o recorte de gênero e geracional, o que tornou possível, a partir destas informações, construir novos indicadores sociais, como forma de subsidiar as políticas existentes, para potencializá-las, bem como apoiar novas iniciativas.

En este contexto, se estableció el Grupo de Trabajo de Mujeres Jóvenes, conformado por personal técnico de la Secretaría y de otros ministerios afines, incorporando liderazgos de la sociedad civil en temas de derechos de las mujeres jóvenes. El grupo fue coordinado por una joven especialista contratada desde ONU Mujeres para apoyar técnicamente el trabajo de transversalización. La experiencia brasileña ha implicado una serie de avances relevantes: el trabajo de la consultora ha aportado información especializada que ha permitido contrastar las brechas entre las demandas de las mujeres jóvenes y las políticas y programas disponibles para este grupo; se han aportado insumos para la transversalización del enfoque de género en los mecanismos de adelanto de la juventud y de la mujer; se ha realizado un levantamiento de datos sociodemográficos sobre mujeres jóvenes brasileñas; a partir de dicho ejercicio, se elaboró una propuesta de indicadores sociales y de autonomía en los campos económico, movilidad, acceso a recursos sociales, libertad de amenazas, sexualidad y participación política (ONU MULHERES. Evaluación Final Programa Mujeres Jóvenes, 2013, p.30).

A parceria da SNJ se mantém com a organização e, neste ano de 2014, foi lançado o Programa “Jovens Mulheres Líderes: Programa de fortalecimento em questões de Gênero e Juventude”. Este conta com a parceria do PNUD - Programas Nações Unidas para o Desenvolvimento. De acordo com o Termo de Referência, que selecionou 16 jovens ativistas, o objetivo do programa se divide em três eixos, quais sejam,

[...] O principal objetivo do primeiro eixo é o empoderamento direto de jovens mulheres, pela criação de um programa de fortalecimento de jovens líderes mulheres, por meio do intercâmbio de experiências entre jovens e líderes estabelecidas nos poderes legislativo, executivo, judiciário e na sociedade civil. Este programa de mentorias entre líderes já estabelecidas (mentoras) e jovens também visa construir uma relação estruturada e de confiança que permita às jovens dialogar com líderes que orientam, estimulam e ajudam a cultivar suas habilidades e traçar um caminho e, ao mesmo tempo, as mentoras têm a oportunidade de adquirir novas perspectivas para a sua atividade, nesse caso, uma perspectiva de gênero e juventude. O segundo eixo visa o fortalecimento da Secretaria Nacional de Juventude para a incorporação da perspectiva de gênero nas políticas para a juventude. Por fim, o terceiro eixo diz respeito à sensibilização dos profissionais de mídia sobre igualdade de gênero e questões relacionadas às jovens mulheres, com o intuito de diminuir imagens estereotipadas e discriminatórias de jovens mulheres nos

meios de comunicação e promover imagens alternativas(TERMO DE REFERÊNCIA PUBLICADO NA PÁGINA ELETRÔNICA DA SNJ).

Outro importante espaço de incidência das jovens é o Conselho Nacional de Juventude (CONJUVE). Criado em 2005, o CONJUVE é um órgão colegiado de caráter consultivo, integrante da estrutura básica da Secretaria Geral da Presidência da República, que tem como finalidade formular e propor diretrizes da ação governamental, voltadas à promoção de políticas públicas de juventude. (Decreto nº 5.490, 2005). Sua estrutura é vinculada a SG, mas a sua manutenção é de responsabilidade da SNJ (PPA 2012-2015).

O Conjuve é composto por 1/3 de representantes do poder público e 2/3 da sociedade civil, contando, ao todo, com 60 membros, sendo 20 do governo federal e 40 da sociedade civil. Os membros do primeiro mandato, de 2005 a 2007, foram indicados pelo governo (PORTARIA Nº 123, DE 3 DE AGOSTO DE 2006). A primeira eleição dos membros representantes da sociedade civil ocorreu em dezembro de 2007. De acordo com Farias (2013), a mudança no modo de escolha foi do próprio conselho,

Por deliberação do plenário do Conjuve, desde 2008 os conselheiros da sociedade civil começaram a ser escolhidos por meio de processo eleitoral. Antes desse ano, os conselheiros eram indicados pelo governo, aspecto que gerava muitos conflitos, pois se entendia que essa indicação limitava a atuação desses conselheiros.

O processo eleitoral inclui as seguintes etapas: edital de convocação, inscrições das organizações interessadas, habilitação e assembleia. Existe, assim, a intenção de garantir a pluralidade das entidades representadas no conselho (FARIA, 2013, p. 51).

Neste novo processo para a escolha dos membros da sociedade civil biênio 2008-2009, havia uma cadeira específica destinada às jovens feministas, no segmento movimento Juvenis de Atuação Nacional. Esta foi ocupada pela UBM - União Brasileira de Mulheres. Também foi eleita a organização Jovens Feministas de São Paulo pelo segmento: Movimentos Juvenis de atuação local. Mudança importante aconteceu na eleição para o biênio 2010-2011, quando as jovens conseguiram ampliar o quantitativo de cadeiras, que passou de uma para duas,

Na gestão do atual conselho as jovens feministas tinham assento apenas em 01 cadeira, questão que dificultava a incidência das demandas das jovens mulheres na agenda das políticas públicas de juventude. Visando alterar esse quadro, através de uma articulação entre as conselheiras das jovens feministas de São Paulo e da União Brasileira de Mulheres, houve uma alteração, onde, para o Biênio 2010 e 2011 serão 02 cadeiras para as Jovens Feministas (BLOG FEMINISTA, ACESSADO EM MARÇO DE 2013).

Convém registrar, também, a cadeira de Gênero e Direitos Sexuais e Reprodutivos no segmento de entidade de apoio que, como o próprio nome sugere, se propõe a debater gênero e juventude no universo dos direitos sexuais e reprodutivos. Nas eleições para o biênio 2012-2013, essa cadeira incorporou o termo Saúde e passou a se intitular Saúde, Direitos Sexuais e Reprodutivos.

Destacamos que, no CONJUVE, as jovens feministas estiveram presentes, como categoria identitária, somente no biênio 2008-2009, momento este em que havia uma pauta bastante intensa das jovens nos espaços de negociação. Isto não quer dizer que elas não estejam no conselho, apenas que elas estão sendo representadas por jovens que militam nos movimentos de mulheres em um formato mais tradicional.

O Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM) foi criado em 1985, vinculado inicialmente ao Ministério da Justiça, graças, conforme esclarece Sonia Montão, às mobilizações do movimento feminista brasileiro e latino americano. Neste trabalho, não vislumbramos ser possível estabelecer, dentro da evolução da estrutura organizacional do CNDM, a participação das jovens. No entanto, sabe-se que é uma demanda das jovens mulheres a conquista de espaço em sua estrutura. Furiati (2010), ao descrever um breve histórico e os objetivos da organização Jovens Feministas de São Paulo, afirma que essa reivindicação foi apresentada em 2007, quando as jovens presentes na II CNPM, “levaram um pré-documento e abriram um diálogo com a Secretaria de Políticas para as Mulheres sobre a importância de uma representação de jovem feminista no Conselho Nacional das Mulheres” (FURIATI, 2010 p.350).

Cabe ressaltar que, atualmente, por delegação da Secretaria Geral da Presidência da República, a SNJ participa do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, assim como a SPM participa do Conselho Nacional de Juventude. Atualmente, a SG é representada pela assessora Fernanda Papa, que possui uma longa trajetória em defesa dos direitos das mulheres, sobretudo das jovens mulheres.

A mais recente parceria da SPM e da SNJ, com a participação de jovens mulheres, gestoras e militantes na área de juventude e de mulheres de todo o Brasil, ocorreu em 2013, com a realização do 1ª Seminário Nacional de Políticas Públicas para Jovens Mulheres, conforme folder disponibilizado na página da SNJ. Teve como objetivo geral: fortalecer a

agenda política das jovens mulheres no âmbito do governo federal, que se desdobra nos seguintes objetivos específicos:

- Evidenciar as questões específicas das jovens mulheres nas políticas públicas de gênero e de juventude;
- Construir uma articulação nacional entre o governo federal, as gestoras estaduais, municipais e a sociedade civil nas questões relativa às jovens mulheres
- Fortalecer os espaços de participação e controle social das políticas públicas
- Garantir o recorte geracional nas Políticas para as Mulheres (INFORMAÇÕES DO FOLDER, DISPONÍVEL NO SITE DA SNJ).

Ainda não é possível visualizar o resultado prático deste Seminário Nacional de Políticas Públicas para Jovens Mulheres quanto à formação da agenda, entretanto, nota-se um entusiasmo tanto da SPM quanto da SNJ com o que pode vir a acontecer a partir das discussões que ocorreram neste espaço. O informe abaixo, dado ao Comitê de Articulação e Monitoramento do Plano, traz esta dimensão de expectativa:

O informe seguinte foi da coordenadora-geral de diversidade Maria de Lourdes Alves Rodrigues (SPM) sobre o 1º Seminário Nacional de Políticas Públicas para Jovens Mulheres, cujo objetivo prioritário foi apresentar o PNPM, mais especificamente, destacar, no PNPM, quais ações estão previstas para as jovens mulheres. Houve participação do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD, da ONU-Mulheres, do MDA, do MEC, do MinC... enfim uma participação bastante ampla nesse seminário interministerial. O foco central foram as políticas para mulheres, tendo como centro o PNPM. Carla Bezerra (SG/PR) complementou que foi uma parceria muito positiva, com atribuições bem definidas, com resultado muito positivo. O que planejam não é uma política específica para jovens mulheres rurais, **mas sim uma forma de pensar e de integrar os setores no desafio da transversalidade, garantindo esse olhar e identificando que pautas específicas existem. É preciso pensar a política de educação e todo o trabalho na construção da autonomia econômica e pessoal na perspectiva da juventude, que é transitória.** Nesse seminário, especialmente o capítulo 10 do PNPM foi amplamente discutido. **O seminário foi organizado em Grupos de Trabalho, discutindo todo o PNPM, e foi muito produtivo.** Para a SPM e para a Secretaria de Juventude, o entendimento é que foi um seminário altamente difundido, com ampla participação e transmissão on line. As jovens estavam todas conectadas via facebook, twitter... a transmissão teve um alcance esplêndido. Foi um seminário que repercutiu muito. **Agora temos desdobramentos, que são o grande desafio. Foi uma primeira experiência que tivemos desse diálogo tão direto entre gestoras e movimentos sociais. Houve participação de muitos movimentos sociais, feministas e da juventude** (MEMÓRIA DA 47ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ, SITE DA SPM, 201. GRIFO NOSSO).

Muitos desafios ainda estão por virem para que haja uma Política Nacional para as Jovens Mulheres brasileiras e/ou políticas públicas para a juventude e para as mulheres que aponte as especificidades das jovens, entretanto, este processo participativo de identificação do problema e inclusão do tema na formação da agenda, sem dúvida, representa avanços significativos no reconhecimento das jovens como sujeitos de direitos. O processo de aperfeiçoamento pelo qual passa o Projovem Urbano, hoje sob a coordenação do Ministério da Educação, é um exemplo desta estratégia de (re) pensar a especificidades das/os jovens. O

programa passou a contar a partir de 2011, com uma Sala de Acolhimento, com monitores para atender crianças de até 8 anos, com objetivo de assegurar a frequência dos pais que não têm com quem deixar seus filhos para estudar. Tendo em vista, conforme mencionado no breve diagnóstico, que a obrigação de cuidar dos filhos recai sobre as jovens, e que mais da metade dos alunos deste programa é constituído por mulheres, essa medida as beneficia diretamente,

[...] Com relação ao Objetivo Estratégico 2, de coordenar, em parceria com o Ministério da Educação, o Programa Nacional de Inclusão de Jovens – ProJovem Urbano –, na rede pública de ensino das unidades federadas, o Governo Federal tomou a decisão de repassar sua execução escolar para o Ministério da Educação, mantendo-se o projeto pedagógico integrado e demais aspectos do programa, ampliando ainda outras ações inovadoras e fundamentais para o programa, como acolhimento de crianças de 0 a 8 anos de idade para as jovens mães e pais do programa [...] <http://www.juventude.gov.br/relatorios-de-gestao/relatorio-de-gestao-snj-2011> (RELATORIO DE GESTÃO, SITE DA SNJ, 2012, p.14 )

Outra iniciativa, que pode ampliar a capacidade de transversalizar o recorte de gênero nas políticas públicas de juventude e de mulheres, com o conjunto dos ministérios, é a instituição do Comitê Interministerial da Política de Juventude - Coijuv, no âmbito da Secretaria-Geral da Presidência da República, “como órgão permanente para gestão e monitoramento das políticas públicas do Governo Federal para a juventude”. De acordo com Decreto, o comitê tem como finalidade,

- I - subsidiar a formulação, gestão e monitoramento da Política Nacional de Juventude, de acordo com as deliberações das conferências nacionais de juventude, os planos plurianuais e outras diretrizes do Governo federal;
- II - elaborar e propor a regulamentação do estatuto da juventude e do Sistema Nacional de Juventude - Sinajuve, conforme o disposto no art. 227, § 8º, da Constituição;
- III - monitorar a implementação no território nacional do estatuto da juventude e do Sinajuve;
- IV - elaborar o plano nacional de juventude e acompanhar periodicamente o cumprimento dos objetivos e metas propostos, conforme o disposto no art. 227, § 8º, da Constituição;
- V - subsidiar a elaboração de instrumentos de monitoramento e avaliação do plano nacional de juventude e dos programas e ações do Governo federal para a juventude;
- VI - monitorar e propor encaminhamentos para as demandas recebidas dos movimentos juvenis pelo Governo federal; e
- VII - publicar relatório com o balanço anual sobre programas e ações do Governo federal para a juventude (DECRETO, nº 8.074, 2013).

O Coijuv é integrado por um representantes, titular e suplente, da Secretaria-Geral da Presidência da República, representado pela SNJ, Ministério da Educação, Ministério da Cultura, Ministério do Trabalho e Emprego, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Ministério da Saúde, Ministério do Desenvolvimento Agrário e a Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República.

O COIJUV, conforme exposto no Decreto, terá, entre outros desafios, que elaborar e propor a regulamentação do estatuto da juventude e do Sistema Nacional de Juventude – Sinajuve. É o Estatuto que dispõe sobre os direitos dos jovens, princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e que prevê o Sistema Nacional de Juventude - SINAJUVE. O Estatuto apresenta as competências de responsabilidade da União, dos Estados e dos Municípios.

O Estatuto prevê, ainda, que sua composição, organização, competência e funcionamento serão definidos em regulamento. O site da SNJ esclarece que o SINAJUVE,

é um sistema descentralizado e participativo que organiza o planejamento, a implementação, o acompanhamento e a avaliação das ações, planos e programas que constituem as políticas públicas de juventude em todo território nacional (ESTATUTO DA JUVENTUDE, LEI 12.852 de 2013).

O processo de construção do SINAJUVE, na lógica dos outros espaços constituídos da SNJ, também assegura a participação dos jovens por meio da Plataforma Virtual Participatório, Observatório Participativo da Juventude, O processo se encerrou no mês de outubro do ano passado e espera-se apresentar a proposta final ainda este ano.

## **9. ESTRATÉGIA DE MUNICIPALIZAÇÃO DA GESTÃO PARTICIPATIVA NA FORMAÇÃO DAS POLÍTICAS PARA A JUVENTUDE E MULHERES.**

O Brasil tem o histórico de incorporar o princípio da participação social e a estratégia de descentralização na formação dos sistemas nacionais de políticas públicas sociais. O Sistema Único de Saúde (SUS) é um bom exemplo dessa prática. O SUS,

surge como estratégia descentralizada para a atenção e o cuidado à saúde, tendo por base os princípios e as diretrizes de universalidade, equidade, integralidade e participação da comunidade, indicando que esta deve atuar na formulação e no controle das políticas públicas de saúde (MS, 2009 p.05).

Como o SINAJUVE prevê competências para cada ente da Federação, certamente estas estratégias de gestão participativa chegarão aos municípios pela iniciativa do governo federal. Entretanto, sem esperar um futuro próximo, temos como vimos neste trabalho, algumas práticas deste modelo de gestão, adotadas pela SPM e pela SNJ, que podem ser úteis para incluir problemas multidimensionais interseccionados na agenda pública, em âmbito

municipal, com vista a se construir uma política municipal de juventude e de mulheres, entre as quais citamos:

1. A criação e/ou o fortalecimento de organismos de juventude e de mulheres, vinculados ao gabinete do Prefeito. A vinculação ao gabinete do Prefeito segue o modelo nacional, em que as secretarias especiais estão vinculadas à Presidência da República. De acordo com a observação de Mary Castro (2004), este é um lugar administrativo especial, que impulsiona a capacidade de diálogo com o conjunto do governo, o que, por conseguinte, avança na transversalidade da pauta. Segundo ela, a ação transversal exige força política para dentro e para fora do governo, já que o orçamento destas quase sempre é reduzido.
2. A criação e/ou fortalecimento de conselhos municipais de juventude e de mulheres, vinculado ao organismo de juventude ou de mulheres, com a inclusão, no PPA, de objetivos, ações orçamentárias e metas capazes de assegurar ação política dos conselhos. Os conselhos precisam dispor de material humano e administrativo para exercer o papel de controle social das políticas públicas;
3. Instituir planos municipais de juventude e de mulheres, construídos a partir de conferências temáticas, realizadas de quatro em quatro anos, com a participação ativa da sociedade civil organizada.
4. Sob a coordenação do organismo responsável pelas políticas para as mulheres e de juventude, instituir Comitês de Articulação, Grupo de Trabalho e/ou Câmaras Técnicas formados por secretarias afins, para acompanhamento e monitoramento do Plano temático, com espaços para representantes dos outros Poderes (Legislativo e Judiciário), pesquisadores e ativistas, bem como representantes dos conselhos. Como vimos, mulheres e juventude vivenciam múltiplas desigualdades sociais, políticas e econômicas, de modo que é fundamental que haja um alinhamento entre a secretaria especial e o conjunto do governo, para evitar sobreposições ou articulações duplicadas, tendo em vista que isto pode ocorrer em se tratando de um problema multidimensional.



5. Fomentar espaços de formação de mulheres com recorte geracional para correta compreensão dos instrumentos da administração pública (LOA, LDO e PPA), etc.

## 10. CONCLUSÃO

O modelo de gestão da SNJ e da SPM, conforme estudo, busca estabelecer o diálogo envolvendo diferentes atores para a correta identificação do problema público, bem como para a proposição da agenda. Estes organismos têm, como princípio orientador, a participação social para construção das políticas públicas, com foco no enfrentamento de problemas multidimensionais e interseccionados, como no caso das jovens mulheres.

Instituir instrumentos de gestão no âmbito da administração pública, tais como comitê e grupos de trabalho podem assegurar uma maior transversalidade e a intersetorialidade no conjunto das políticas públicas do governo, destinadas às mulheres e à juventude. Para tanto, é fundamental a criação de organismos específicos, que sejam responsáveis por essas políticas, com capacidade de gestão para coordenar esse processo de integração, evitando, inclusive, sobreposições ou articulações duplicadas.

A ação governamental parte do pressuposto que a interação entre gestores, público alvo e pesquisadores é fundamental, uma vez que traz segurança na elaboração do diagnóstico da situação, base para elaboração de um bom planejamento estratégico.

Por fim, comungamos da opinião de Brugué et al, (2011), no que diz respeito à interação entre diferentes atores, como motivo da promoção de uma gestão inteligente e eficiente. O tema estudado confirma essa argumentação ao demonstrar que as jovens feministas interagiram com o Estado, por meio da SPM e da SNJ, e contribuíram significativamente para avançar na pauta das políticas públicas para as jovens mulheres brasileiras.

É pelas razões expostas acima, que, sem medo de errar, recomendamos aos gestores públicos este modelo de gestão participativa, em que o beneficiário, mais do que público alvo, é, antes de tudo, ator político, capaz de incidir na construção da própria agenda pública.

## 11. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMO, Helena, Wendel. Condição Juvenil no Brasil Contemporâneo. In: ABRAMO, H. W.; BRANCO, P. P. M. (Orgs.). Retratos da Juventude Brasileira: análises de uma pesquisa nacional. São Paulo: Instituto Cidadania/Fundação Perseu Abramo, 2005. p. 37-72

AGENDE Ações em Gênero Cidadania e Desenvolvimento. Violência Contra as Mulheres: A Experiência de Capacitação das DEAMs da Região Centro-Oeste. In: Bandeira, Lourdes, Almeida, Tânia Mara Campos de, Menezes, Andrea Mesquita de. 2004. . Disponível em: <http://agende.org.br/docs/File/publicacoes/cadernos/CadernoAgende5.pdf> Acesso em: 12 de março de 2014.

ADEVE, Ana. Memórias de um passado recente: o I Encontro Nacional de Jovens Feministas. In: PAPA, Fernanda; SOUZA, Raquel (Org.). Forito, jovens feministas presentes. São Paulo: Unifem/Friedrich Ebert Stiftung/Ação Educativa, 2009. p. 36-41.

ADRIÃO, Karla Galvão. Encontros do Feminismo. Uma análise do campo feminista brasileiro a partir das esferas do movimento, do governo e da academia. 2008. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.

ALVES, B. M & PITANGUY, J. O que é feminismo. São Paulo: Editora Brasiliense, 1991.

Blog da Articulação Brasileira de Jovens Feministas. Posicionamento político da Articulação Brasileira de Jovens Feministas sobre as eleições do CONJUVE 2009. Disponível: <http://dialogoj.wordpress.com/artigos-e-apresentacoes/posiciona/>, acesso 15/03/2014.

CORBUCCI, P. R. et al. Situação educacional dos jovens brasileiros. In: CASTRO, J. A.; AQUINO, L. M. C.; ANDRADE, C. C. (Orgs.). Juventude e Políticas Sociais no Brasil. Brasília: IPEA, 2009. p.99.

CASTRO, E. G. . O Campo das políticas públicas de juventude e o campo político da juventude: contribuições para a reflexão. In: Fernanda de Carvalho Papa; Maria Virgínia de Freitas. (Org.). Juventude em pauta - políticas públicas no Brasil. 1ed.São Paulo: Peirópolis, 2011, v. 1, p. 281-306.

CASTRO, Mary Garcia. “Políticas públicas por identidades e de ações afirmativas: acessando gênero e raça, na classe, focalizando juventudes”. In: NOVAES, Regina; VANNUCHI, Paulo. Juventude e sociedade: trabalho, educação, cultura e participação. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004. p. 275-303.

COMITÊ DE ARTICULAÇÃO E MONITORAMENTO DO PLANO NACIONAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES. Ajuda-Memória das Reuniões Ordinárias, 2011 e 2012. Disponível em: <http://spm.gov.br> Acesso em: 12 de março de 2014.

CHILDHOOD BRASIL (WCF), UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL (UFRGS) e UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE. Os homens por trás das grandes obras do Brasil. São Paulo. 2009. Disponível em: <http://www.childhood.org.br/wp->

[content/uploads/2014/03/Homens-por-tras-das-grandes-obras.pdf](#) Acesso em: 10 de março de 2014.

DI GIOVANNI, Julia Ruiz. Jovens, feministas, em movimento: a Marcha Mundial das Mulheres no III Acampamento Intercontinental da Juventude. Revista Estudos Feministas, Florianópolis, v. 11, n. 2, 2003.

FARIA, Beronicy Paula de M.. A dinâmica do Conselho Nacional da Juventude – Conjuve e o campo das políticas públicas educacionais. 2013. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação)- Universidade de Brasília. Disponível em: <http://www.juventude.gov.br/conjuve/noticias/arquivos/dissertacao-mestrado-beronicy>. Acesso em: 01 de fevereiro de 2014. p 50.

FONTOURA, N.; PINHEIRO, L. Síndrome de Juno: gravidez, juventude e políticas públicas. In: CASTRO, J. A.; AQUINO, L. (Orgs.). Juventudes e políticas sociais no Brasil. Brasília: Ipea, 2008. P.151-165.

GONÇALVES, Eliane ; FREITAS, Fátima F. ; OLIVEIRA, Elismennia A. . Das idades transitórias as jovens no feminismo brasileiro contemporâneo, suas ações e seus dilemas. Revista Feminismos, v. 1, p. 01-30, 2013 Disponível em: <http://www.feminismos.neim.ufba.br/index.php/revista/article/viewFile/81/79> Acesso em: 01 de fevereiro de 2014.

Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase). Livro das Juventudes Sul-americanas. Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <http://www.polis.org.br/uploads/1416/1416.pdf> Acesso em: 10 de março de 2014.

JULIA PAIVA ZANETTI. Jovens feministas: Um estudo sobre a participação juvenil no feminismo do Rio de Janeiro

MARQUES, M. S.. Texto de apoio da Disciplina II: Planejamento de Estado e de Gestão. Aula 9: Indicadores de Políticas Públicas e gestão por indicadores do Curso de Especialização em Gestão e Políticas Públicas da Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo, 2013.p.1-14.

ORTIZ, M. S. P. Desvendando Sentidos e Usos para a Perspectiva de Interseccionalidade nas Políticas Públicas Brasileiras. In: Seminário Internacional Fazendo Gênero 10 (Anais Eletrônicos), Florianópolis, 2013. Disponível em: [http://www.fazendogenero.ufsc.br/10/resources/anais/20/1386721833\\_ARQUIVO\\_MariliaOrtiz.pdf](http://www.fazendogenero.ufsc.br/10/resources/anais/20/1386721833_ARQUIVO_MariliaOrtiz.pdf). Acesso em: 3 março. 2014. p. 1-15.

ONU MULHERES. Evaluación Final Programa Mujeres Jóvenes. Producto N° 6: Informe Final Santiago de Chile, 3 junho de 2013.

PAPA, Fernanda de Carvalho. Transversalidade e políticas públicas para mulheres no Brasil - percursos de uma pré-política. 2012. Dissertação (Mestrado em Administração Pública e Governo) - Fundação Getulio Vargas. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/9850>. Acesso em: 3 março. 2014. p. 13. 145.

PAIVA, Andrea Barreto, et. al. Jovens: Morbimortalidade, Fatores De Risco E Políticas de Saúde Síndrome. In: CASTRO, J. A.; AQUINO, L. (Orgs.). Juventudes e políticas sociais no Brasil. Brasília: Ipea, 2008. p.137.

POCHMANN, M. . Juventude em busca de novos caminhos no Brasil. In: Regina Novaes; Paulo Vannuchi. (Org.). Juventude e Sociedade: Trabalho, Educação, Cultura e Participação. 1ªed.São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004, v. 1º, p. 217-241.

REINACH, Sofia.; SANTOS, Fernando Burgos P. dos. Texto de apoio da Disciplina III: Políticas públicas: análise e relato de experiências. Aula 9: Matricialidade e Intersetorialidade: Questões Conceituais do Curso de Especialização em Gestão e Políticas Públicas da Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo, 2014.p.1-12.

REINACH, Sofia. Gestão transversal das políticas públicas no âmbito federal brasileiro: uma leitura inicial. 2013. Dissertação ( Mestrado em Administração Pública e Governo) - Fundação Getúlio Vargas. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/10667> . Acesso em: 01 de fevereiro de 2014. p 23.

REZENDE, Lucia, ARÉVALO, Ana Roseane Ribeiro. Jovens Feministas presentes In: FREITAS, M. V.; PAPA, F. C. (Orgs.). Políticas Públicas: juventude em pauta. São Paulo: Cortez, 2003, p. 193-196L.

SILVA, Áurea Carolina de Freitas e. Mulheres jovens e o problema da inclusão: novidades no II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres. In: Papa, Fernanda e Souza, Raquel. *Jovens feministas presentes*. São Paulo/Brasília, Ação Educativa-Fundação Friedrich Ebert/UNIFEM, 2009. p. 48-62.

SILVA, R. A. ; MENEZES-SANTOS, J. A. Interseccionalidade em ação: uso de álcool entre jovens quilombolas de Garanhuns/PE. In: Seminário Internacional Fazendo Gênero 10, 2013, Florianópolis. Fazendo Gênero 10, 2013. Disponível em: [http://www.fazendogenero.ufsc.br/10/resources/anais/20/1386768142\\_ARQUIVO\\_RoseaneAmorimdaSilva.pdf](http://www.fazendogenero.ufsc.br/10/resources/anais/20/1386768142_ARQUIVO_RoseaneAmorimdaSilva.pdf). Acesso em: 3 março. 2014. p 1-12.

SECCHI, Leonardo. Políticas Públicas: Conceitos, Esquemas de Análise, Casos Práticos. São. Paulo: Cengage Learning, 2012, p. 34.

SIMÕES SEVERO, M. . Direitos sociais dos jovens no Brasil: concepções e experiências. Revista Segurança Urbana e Juventude, v. 03, p. 03, 2010.

WELLER, Wivian. Gênero e Juventude. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, UFSC, v. 13, n. 1, p. 103-106, 2005.

ZANETTI, Paiva Julia. Jovens feministas: Um estudo sobre a participação juvenil no feminismo do Rio de Janeiro, 2009. Dissertação ( Mestrado em Educação) - UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE Disponível em: [http://www.emdialogo.uff.br/sites/default/files/Jovens\\_Feministas.pdf](http://www.emdialogo.uff.br/sites/default/files/Jovens_Feministas.pdf) . Acesso em: 01 de fevereiro de 2014. p 23.

BRASIL. Secretaria Geral da Presidência da República. Secretaria Nacional de Juventude. Cartilha sobre Políticas Públicas de Juventude.2013.

\_\_\_\_\_. Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (I PNPM), Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM), Brasília, 2004.

\_\_\_\_\_. Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (I PNPM), Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM), Brasília, 2008.

\_\_\_\_\_. Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (I PNPM) (2013-2015), Secretaria de Políticas para as Mulheres, Brasília, 2012.

BRASIL. Secretaria de Políticas para as Mulheres. Secretaria de Articulação Institucional e Ações Temáticas. Fórum Nacional de Organismos de Políticas para as Mulheres: Protagonismo dos OPM na execução das políticas para as Mulheres. FÓRUM Nacional de Organismos de Políticas para as Mulheres. 2014. p.8.

BRASIL. Secretaria de Políticas para as Mulheres. Secretaria Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres. Política Nacional de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres, 2011. p.2

BRASIL. Decreto Presidencial de 18 de dezembro de 2003. Convoca a 1ª Conferencia Nacional de Políticas Públicas para as Mulheres (1ªCNPM). Disponível em: <http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=238114> . Acesso em: 3 março de 2014.

BRASIL. Decreto Presidencial de 17 de janeiro de 2007. Convoca a 2ª Conferencia Nacional de Políticas Públicas para as Mulheres (2ªCNPM). Disponível em: <http://spm.gov.br/pnpm/regimento-planinho.pdf>. Acesso em: 3 março de 2014

Brasil. Secretaria de Políticas Para as Mulheres. Políticas públicas para as mulheres, 2013. Disponível em: [http://spm.gov.br/publicacoes-teste/publicacoes/2012/politicas\\_publicas\\_mulheres](http://spm.gov.br/publicacoes-teste/publicacoes/2012/politicas_publicas_mulheres) Acesso em: 12 de março de 2014.

BRASIL. Decreto Presidencial de 15 de março de 2011. Convoca a 3ª Conferencia Nacional de Políticas Públicas para as Mulheres (3ªCNPM). Disponível em:

BRASIL. Secretaria Geral da Presidência da República. Secretaria Nacional de Juventude. Relatório Balanço 2011. p.1-21.

BRASIL. Secretaria Geral da Presidência da República. Secretaria Nacional de Juventude. Relatório Balanço 2012. p.1-40.

BRASIL. Secretaria Geral da Presidência da República. Secretaria Nacional de Juventude. Relatório Balanço 2012. p.1-21.

BRASIL. Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude -

SINAJUVE.: Lei federal nº 12.852, de 5 de agosto de 2013. Casa Civil. Presidência da República.

[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2011-2014/2011/Dsn/Dsn13026.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Dsn/Dsn13026.htm) Acesso em: 3 março de 2014.

BRASIL. Decreto Presencial de 05 de setembro de 2007. Convoca a 1º Conferência Nacional de Políticas Públicas de Juventude. Disponível em:

[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2007/Dnn/Dnn11340.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Dnn/Dnn11340.htm) Acesso em: 10 de março de 2014.

BRASIL. Decreto Presencial de 12 de agosto de 2010. Convoca a 1º Conferência Nacional de Políticas Públicas de Juventude. Disponível em:

<http://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/1024611/decreto-10> Acesso em: 10 de março de 2014.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. 292 p.

BRASIL. Secretaria Geral da Presidência da República. Secretaria Nacional de Juventude. Agenda Juventude Brasil: Pesquisa Nacional sobre Perfil e Opinião da Juventude Brasileira. 2013.

BRASIL. Secretaria Geral da Presidência da República. Secretaria Nacional de Juventude. Análise Preliminar sobre o perfil da Participação da Juventude Brasileira na Câmara dos Deputados. 2009. p. 1-65.

BRASIL. Decreto Presidencial de 14 de agosto de 2013. Institui o Comitê Interministerial da Política de Juventude e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2011-2014/2013/Decreto/D8074.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Decreto/D8074.htm) Acesso em: 3 março de 2014.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa, Política Nacional de Gestão Estratégica e Participativa no SUS, 2009